

BCME-DOA

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA NO ESTADO DE SERGIPE

IONALDO VIEIRA CARVALHO

BCME-BIBLIOTECA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA A COORDENAÇÃO DO CURSO
DE MESTRADO EM ECONOMIA - CAEN
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FORTALEZA - 1981

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ESTUDANTE: IONALDO VIEIRA CARVALHO

MATRÍCULA Nº: 78631006

GRAU: MESTRE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA ECONÔMICA

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA NO ESTADO DE SERGIPE

BCME-BIBLIOTECA

EXAME

Certificamos que o estudante acima mencionado foi APROVADO na defesa de sua DISSERTAÇÃO, realizada perante nós no dia 03 de abril de 1981.

FRANCISCO DE ASSIS SOARES

Orientador

Francisco de Assis Soares

AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA

Agamenon Tavares de Almeida

RICARDO REGIS SAUNDERS DUARTE

Ricardo Regis Saunders Duarte

Certifico que o estudante acima mencionado entregou, nesta Coordenação de Curso, as cópias finais de sua DISSERTAÇÃO, completando, assim, seu programa de estudos.

Assis Soares

Coordenador do CAEN - 03.04.1981

Certifico que o estudante acima mencionado completou todos os requerimentos para o grau de MESTRE, com área de concentração em TEORIA ECONÔMICA, na Universidade Federal do Ceará, pelo que Recomendo a emissão do Diploma a que tem direito.

Pró-Reitor de PPG

Pró-Reitor de PPG - 03.04.1981

A minha esposa Rosa Maria
e nosso filho Ricardo com
muito amor.

A meus pais

iii

AGRADECIMENTOS

No processo de elaboração deste trabalho, algumas pessoas estiveram de alguma forma envolvidas.

Somos grato, de maneira especial, ao professor Francisco de Assis Soares, não somente pela orientação dada na sua realização, mas, sobretudo, pela paciência com que nos tratou nos momentos mais difíceis e, além do mais, pelos incentivos proporcionados, indispensáveis ao aluno que está imbuído de atingir um objetivo desta envergadura.

Agradecemos aos professores Agamenon Tavares de Almeida e Ricardo Régis Duarte Saunders pela maneira como se desincumbiram do encargo de ler o manuscrito original, e pelas críticas bastante úteis que fizeram de grande valia para nós. Queremos agradecer, também, ao professor Assuero Ferreira cujo estímulo nos foi muito valioso, e ao colega Vicente Abreu Neto pelo apoio durante a realização deste trabalho.

Por fim, devemos lembrar, como é natural, que as pessoas aqui envolvidas são isentas de qualquer responsabilidade nos erros que por acaso tenham ocorrido, dos quais, nem mesmo seus esforços nos puderam salvar.

SUMÁRIO

	Pg.
01 - INTRODUÇÃO.	1
02 - FORMAÇÃO HISTÓRICA DA GRANDE PROPRIEDADE <u>RU</u> RAL NO BRASIL	3
02.1 - Uma visão geral.	3
02.2 - O caso específico de Sergipe	13
03 - O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.	20
04 - ASPECTOS METODOLÓGICOS.	39
04.1 - Informações gerais sobre a área de <u>es</u> <u>dos</u>	39
04.2 - Considerações sobre os dados :	41
04.3 - Modelos estatísticos	53
04.3.0 - Considerações iniciais.	53
04.3.1 - A curva de Lorenz e o Índice de Gini.	55
04.3.2 - A curva logística.	59
05 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
05.0 - Evolução da distribuição da terra de 1920 e 1975.	63
05.0.0 - Composição percentual dos <u>es</u> tabelecimentos e área por clas ses de propriedade.	63
05.0.1 - Grau de Concentração: Uma <u>aná</u> lise global	65

05.1 - Posse da terra em Sergipe de acordo com sua condição legal em 1970 e 1976	68
05.1.0 - Composição percentual das categorias por classe de propriedade	68
05.1.1 - Grau de concentração de acordo com a condição legal	72
05.2 - Distribuição da terra por microrregiões homogêneas.	74
05.2.0 - Caracterização das microrregiões.	74
05.2.1 - Composição dos estabelecimentos por faixa de área.	78
05.2.2 - Grau de concentração por microrregiões.	80
05.3 - Evolução do uso da terra.	83
06 - CONCLUSÕES	103
07 - RESUMO	108
08 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXO 1	119
ANEXO 2	123
ANEXO 3	127

LISTA DE TABELAS

	Pág.
- Minifúndios e latifúndios na estrutura agrária de países Latino-Americanos (1960)	22
- Classificação da concentração da terra de acordo com o Índice de Gini.	24
- Indicadores Gerais de Sergipe em relação ao Nordeste	39
- Número de estabelecimentos e área total por classe de área em Sergipe em 1970	43
- Evolução da distribuição de área, estabelecimentos e área média por classes de propriedade em Sergipe de 1940 a 1975	64
- Índices de concentração da terra em Sergipe de 1920 a 1975	66
- Participação percentual do número de estabelecimentos e área ocupada de acordo com a condição legal das terras de Sergipe em 1970 e 1975.	69
- Distribuição dos estabelecimentos e área segundo sua condição legal, e área média por classe de propriedade em Sergipe de 1970 a 1975	70

- Índices de concentração da terra em Sergipe de acordo com sua condição legal em 1970 e 1975	73
- Caracterização das microrregiões homogêneas de Sergipe em 1970.	76
- Composição dos estabelecimentos e da área entre as microrregiões homogêneas de Sergipe em 1970 e 1975	79
- Índices de concentração da terra em Sergipe de acordo com as microrregiões homogêneas em 1970 e 1975.	81
- Participação percentual das classes de propriedades no total de cada categoria de uso da terra em Sergipe de 1950 a 1975.	84
- Participação percentual das categorias de uso da terra por classe de propriedade em Sergipe de 1950 a 1975.	87
- Utilização das terras segundo a atividade econômica em percentual da área utilizada por classe de propriedade em Sergipe de 1960 a 1975	89
- Estimativa de área cultivada e de lavoura na hipótese de 35% das terras de todas as propriedades sejam cultivadas e usadas em lavouras em 1960 e 53% e 17% em 1975	99

A questão agrária não só no Brasil como nos países latino-americanos, em geral, tem-se constituído tema bastante controverso entre os estudiosos que estão direta ou indiretamente envolvidos na questão.

Existem duas correntes distintas na maneira de encarar esse problema: uma delas, ao analisar o contexto econômico de cada país, considera o problema agrário como uma constante, de modo que o desemprego e a pobreza rural são vistos como problemas decorrentes do crescimento insuficiente do sistema, e não como deficiência da estrutura agrária, e defendem a absorção da mão-de-obra rural através do crescimento econômico; a outra corrente, denominada estruturalista, ao contrário, advoga a solução dos problemas agrários e do desemprego através de reformas no sistema de ocupação da terra obtido, inclusive, por meio de mudanças no seu sistema de propriedade.

Alguns pesquisadores acreditam que a natureza da distribuição e do uso da terra em determinados países, dentre os quais o Brasil, se tem tornado em grande barreira ao desenvolvimento econômico. Desta forma, toda polêmica sobre o problema da reforma agrária envolve esta questão.

A área objeto desta pesquisa é o Estado de Sergipe, e com este trabalho pretende-se, de algum modo, dar uma contribuição ao estudo da distribuição e uso da terra neste Estado,

que, por certo, irá auxiliar aqueles que direta ou indiretamente estão ligados à problemática do seu desenvolvimento agrícola. Convém lembrar, no entanto, que o trabalho aqui desenvolvido não está isento de limitações em função não só dos dados disponíveis para sua realização, mas sobretudo, da sua complexidade para ser tratado de forma completa em curto prazo.

No segundo capítulo, foi feito um retrospecto histórico da formação da grande propriedade no Brasil e particularmente em Sergipe, partindo-se do pressuposto de que, para o entendimento do atual quadro agrário de qualquer nação, torna-se indispensável o conhecimento do seu processo de formação histórica.

BCME - BIBLIOTECA

O terceiro capítulo contém algumas controvérsias atuais sobre a estrutura agrária brasileira onde se procura fazer uma espécie de revisão da literatura e propor os principais objetivos deste trabalho.

Na quarto capítulo, encontram-se alguns aspectos metodológicos relacionados com os modelos estatísticos, informações sobre a área de estudo, estrutura dos dados e classificação dos tamanhos das propriedades agrícolas.

No quinto capítulo, estão os principais resultados e discussões, divididos em duas partes: a primeira trata da evolução da distribuição da terra de 1920 a 1976, estudando-a de acordo com sua condição legal e por microrregiões homogêneas; a segunda se encarrega dos aspectos ligados ao uso da terra de 1950 a 1975.

Finalmente, o sexto capítulo contém as principais conclusões encontradas neste trabalho.

2 - FORMAÇÃO HISTÓRICA DA GRANDE PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL

2.1 - Uma visão geral

BCME - BIBLIOTECA

Para se fazer qualquer estudo sobre a estrutura agrária brasileira, acredita-se ser indispensável um breve retrospecto dos problemas relativos à sua origem e transformação ao longo do tempo uma vez que nosso atual quadro agrário nada mais é que um reflexo da sua evolução histórica.

Na época do descobrimento do Brasil (1500), Portugal, a exemplo dos demais países europeus, encontrava-se em pleno apogeu do mercantilismo. Então, existiam duas classes poderosas: a aristocracia centrada no regime feudal e a classe mercantilista. Aquela, no entanto, cedia lugar cada vez mais a esta que, atraída pelos lucros comerciais, abandonava os campos à procura das grandes cidades. A aventura em busca do dinheiro estava acima de qualquer obstáculo, de modo que a descoberta das terras americanas nada mais foi que uma consequência da euforia mercantilista da época.

"A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa¹".

¹FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1977, p. 5.

Na primeira fase da colonização brasileira pelos portugueses, a atividade econômica desenvolvida limitou-se ao comércio do pau-brasil e, em seguida, à exploração da cana-de-açúcar, em meados do século XVI. A importância da grande empresa açucareira instalada no Nordeste foi consequência de uma série de fatores favoráveis. Alguns desses fatores merecem ser mencionados pela sua relevância no sucesso da atividade: a abundância de solos propícios para a exploração da cana-de-açúcar, como as terras de massapê na zona da mata nordestina; a experiência que já possuíam os portugueses em relação à tecnologia na fabricação do açúcar; a decadência da economia agrícola espanhola² em virtude de cedo terem sido descobertos metais preciosos; finalmente, as condições favoráveis do preço do açúcar no mercado internacional.

BCME - BIBLIOTECA

Com o objetivo de povoar a colônia e incentivar a exploração do açúcar como base econômica da ocupação territorial, o governo português instituiu o sistema de sesmarias. Na verdade, a origem das sesmarias se deu em Portugal no século anterior com o objetivo de dinamizar as atividades agrícolas decadentes como resultado da evidência mercantilista voltada para a especulação comercial nos centros urbanos.

²Os espanhóis possuíam condições mais favoráveis à exploração da cana-de-açúcar, tais como ótimas terras mais próximas à Europa; mão-de-obra indígena mais barata e mais evoluída para os trabalhos agrícolas e melhores condições financeiras. A opulência do ouro e outros fatores de ordem política, no entanto, contribuíram para a decadência econômica da Espanha, deixando, assim, espaço livre aos portugueses que foram os primeiros na exploração agrícola exportadora das novas terras.

As sesmarias constituíam um sistema de doação de grandes áreas de terra a pessoas de poder econômico em condições de explorá-las, e que também fossem de confiança da metrópole. Desta forma é que nasceu a instituição do grande latifúndio cujos proprietários eram senhores dotados de poderes absolutos sobre as pessoas e as coisas³.

Ficava assim estabelecido o destino econômico da colônia em prol dos interesses de Portugal. O sistema de sesmarias com base em imensas áreas de terra, associava-se assim à exploração do açúcar para atender à demanda em expansão do mercado internacional.

A extensão da área das sesmarias variava de acordo com as posses e o prestígio político de cada indivíduo junto à Corte. Aqueles de maiores posses e prestígio recebiam maiores lotes de terra; afirma-se inclusive que existiam lotes que variavam entre três e até duzentas léguas de extensão.

"Muitas famílias foram aquinhoadas com numerosas sesmarias: uma ou mais para o marido, outra para a mulher e outra para os filhos, cunhados ou parentes⁴."

Além de outros fatores, a crescente população na colônia e a não demarcação das sesmarias culminando com o total desconhecimento dos limites da terra por parte dos donos, ocasionaram grandes desordens, além do mais porque, muitas vezes, no

³ GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndios. 4a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 46.

⁴ VINHAS, M. Problemas Agrários Camponeses do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 25.

vas doações de sesmarias se verificaram dentro dos limites das já concedidas, além da constante ocupação de lotes de terras devolutas, ou mesmo ocupadas por posseiros. Todo este estado de coisas deu margem a que em 1822 uma resolução⁵ pusesse fim ao sistema de sesmarias no Brasil⁶.

BCME-BIBLIOTECA

Ao instituir o sistema de sesmarias, o governo português tinha interesse acima de tudo, de que essas terras fossem exploradas pelos seus donatários. A preocupação de Portugal em ocupar a nova colônia através da exploração de suas terras, era não só de ordem econômica, mas sobretudo política em termos de soberania do direito da terra em relação aos demais países europeus, principalmente Holanda, França e Inglaterra. Desta maneira, embora sem sucesso, algumas leis foram criadas pela metrópole no sentido de obrigar a exploração da terra. Essas leis, no entanto, eram desrespeitadas e os grandes sesmeiros nem cultivavam a terra, nem as cediam ao cultivo daqueles trabalhadores sem terra.

O fim das sesmarias veio de alguma forma dar início à formação das pequenas propriedades e lançar as bases da produção para o abastecimento do mercado interno através de uma produção mais diversificada que, ao contrário da monocultura da cana-de-açúcar, abria os horizontes às relações capitalistas

⁵Essa resolução, assinada por D. João VI em 17 de julho de 1822, proibiu totalmente concessões de terras por título de sesmarias, em virtude das desordens que vinham sendo criadas entre cultivadores das terras pondo em dúvida o título de propriedade.

⁶GUIMARÃES, op. cit., p. 59.

no campo.

Paralelamente à exploração da cana-de-açúcar, com base na mão-de-obra escrava, surge no Nordeste uma pecuária extensiva, dependente da atividade açucareira, de início próxima aos engenhos da faixa litorânea da zona da mata e, depois, avançando para as zonas mais distantes do interior do sertão nordestino. Esta pecuária se constituía em uma atividade auxiliar da produção açucareira, uma vez que era indispensável a tração animal para mover engenhos, servir como transporte de cana até os engenhos e funcionar como meio de transporte para o abastecimento dos centros urbanos em expansão. A qualidade da terra fértil na zona da mata bem como as dificuldades de separar as áreas de pastagens daquelas ocupadas com a cana-de-açúcar foram alguns dos fatores importantes que justificam a penetração da criação de gado para o interior do sertão.

Em função do avanço da pecuária, começam a formar-se pequenas propriedades agrícolas de subsistência com base no trabalho livre. Em decorrência das grandes distâncias para o litoral, à medida que a pecuária se deslocava para o interior, os produtos que antes eram importados passaram a ser produzidos internamente através do desenvolvimento do artesanato local e da produção agrícola de subsistência⁷.

A agricultura de subsistência coexiste assim, com a atividade pecuária. No entanto, sua intensificação estava sempre na dependência das fases depressivas da exploração açucareira no litoral, de modo que, na medida em que ocorriam crises na

⁷FURTADO, op. cit., p. 57-58.

produção do açúcar, havia uma redução na demanda de produtos pecuários. Assim, a pecuária cedia lugar à atividade agrícola de subsistência, a qual é também impulsionada através da transferência de mão-de-obra oriunda da exploração açucareira em crise⁸.

BCME - BIBLIOTECA

Esse e outros fatores proporcionaram aos homens pobres acesso à terra através do arrendamento, da parceria ou mesmo do trabalho assalariado livre.

Ao longo da história econômica do Brasil, vários ciclos de culturas se sucederam, como é o caso da cana-de-açúcar, do algodão, do café, da borracha e do cacau, além do ciclo de mineração que muito pesaram na balança comercial. As atividades agrícolas, por estarem ligadas ao mercado internacional, sempre viveram de crises e hegemonia em consequência de variações de fatores externos.

De um modo geral, a origem do latifúndio no Brasil não está somente relacionada com a grande empresa açucareira voltada para o mercado externo. As sucessivas crises do açúcar no Nordeste, oriundas da concorrência do mercado externo, deram lugar ao surgimento da exploração da cultura algodoeira que, aproveitando-se das excelentes condições favoráveis do mercado internacional, se constitui logo no segundo produto de exportação brasileira.

O ciclo do algodão contribuiu de maneira preponderante para o fracionamento das grandes propriedades em virtude da na

⁸FURTADO, op. cit., p. 63-64.

tureza de exploração dessa cultura, ao contrário do que ocorria com a atividade açucareira. Enquanto o processo de produção do açúcar envolvia altos investimentos de capital, sendo, portanto, uma atividade do monopólio de uma minoria privilegiada detentora do capital, a exploração do algodão, apesar de ter como suporte a grande propriedade, permitia o acesso de pequenos produtores descapitalizados.

Segundo GUIMARÃES (1977), alguns fatores foram de grande importância para a relativa desintegração dos grandes latifúndios a partir de 1822. Os mais relevantes foram: a) a colonização de algumas regiões por imigrantes estrangeiros, a partir da primeira metade do século passado; b) a expansão do mercado interno e a necessidade de exploração de gêneros de primeira necessidade; c) a crise do ciclo da mineração, deixando um grande contingente de desempregados que, pouco a pouco, foram invadindo as grandes propriedades inexploradas; d) os acontecimentos econômicos após a independência; e) finalmente, o ciclo do algodão oriundo da decadência da indústria açucareira e das condições favoráveis do mercado internacional para seu comércio.

BCME - BIBLIOTECA

Como se pode observar, a exploração econômica pelas grandes empresas agrícolas exportadoras viveu sempre de ascensão e decadência durante toda sua história, na dependência de condições favoráveis ou não do mercado externo.

A atividade cafeeira no Brasil teve início aproximadamente nas primeiras décadas no século XVIII, sendo que sua exploração era feita em várias regiões do país apenas para fins de consumo local. Sua exploração econômica se deu ainda na segun

da década do século XVIII e como consequência de uma série de fatores tais como: a decadência da mineração e, em decorrência, a abundância de mão-de-obra subutilizada; condições climáticas favoráveis e solo propício para sua exploração na região Leste e Sul do país; alta dos preços do café no mercado internacional provocada pela desorganização da produção cafeeira da colônia francesa do Haiti, até então grande produtora da época e, finalmente, as crises das duas principais culturas de exportação, o açúcar e o algodão; e a busca pelo Brasil de um outro produto que se constituísse em nova fonte de divisas.

Em função dessas condições favoráveis, o café passaria, de imediato, a ser o principal produto de exportação, além de se constituir no principal suporte do parque industrial brasileiro.

A exemplo dos senhores de engenho do Nordeste, onde a grande empresa agrícola açucareira exportadora tinha como base o latifúndio, a atividade da cultura cafeeira formou uma nova classe social representada pelos "barões do café", alicerçados também na grande exploração latifundiária. A euforia da produção cafeeira, transformada no primeiro produto de peso na balança comercial, sofre a primeira crise de superprodução que chega a abalar sua estrutura latifundiária⁹.

A exploração de produtos primários para o mercado externo com base na empresa agrícola latifundiária sofre grandes transformações a partir de 1930, através dos primeiros ensaios de

⁹Veja GUIMARÃES, op. cit., p. 157 e seguintes.

industrialização¹⁰ do país.

A depressão de 1930 veio dar vida à arrancada da industrialização através de uma maior orientação para o mercado interno.

Em que pese as transformações por que passou a economia brasileira ao longo de sua história (principalmente no que diz respeito ao setor secundário, a partir de 1930), sua estrutura agrária formada nos primórdios da colonização pouco se modificou.

Das três características do sistema latifundiário brasileiro do passado, apenas uma se extinguiu, a escravista. Enquanto isso, as características colonial e feudal ainda continuam com suas formas do passado histórico, sofrendo apenas modificações parciais ao longo de todo esse tempo¹¹.

Esta posição do autor é, no entanto, bastante controversa, e, existem mesmo duas correntes de pensamento distintas no modo de encarar esse problema. Discutir aqui a validade destas duas correntes foge totalmente aos reais objetivos deste

BCME - BIBLIOTECA

¹⁰ Durante o período colonial, o Brasil, importava todos os bens industrializados de Portugal, já que havia a política do governo português no sentido de proibir qualquer desenvolvimento industrial da colônia. Mesmo depois da independência, o país ficou por algum tempo privado de produzir seus bens manufaturados, por ter de cumprir acordo firmado entre Portugal e Inglaterra. Somente com o término desse acordo e a abolição da escravatura (em 1888), é que o país dá os primeiros passos em sua industrialização já no século XX, de maneira que, somente com a I Guerra Mundial e a grande depressão dos anos 30, vai consolidar-se realmente a indústria brasileira.

¹¹ GUIMARÃES, op.cit., p. 163.

trabalho. Entretanto, acredita-se que o âmago desta controvérsia é mais uma questão de semântica. Particularmente, acredita-se que a tese segundo a qual as relações de produção na agricultura brasileira no passado foram marcadas de alguma forma por traços característicos do feudalismo europeu em extinção, tem fundamento lógico.

A natureza da organização sócio-econômica de um povo não se extingue facilmente no tempo, e Portugal, embora nos primórdios da colonização brasileira, estivesse em grande parte inserido no contexto da nova ordem econômica que começava a surgir no mundo, o mercantilismo, não abandonou suas raízes feudais do passado. Pelo contrário, a classe feudal conservadora tentava a todo custo pela recuperação do regime em extinção. A instituição de sesmarias foi, em Portugal, uma espécie de tentativa de salvar a economia feudal que se achava em decomposição por causa do abandono do campo pelas cidades; e o estatuto das capitanias hereditárias bem como das próprias sesmarias aqui no Brasil (como é natural) possuía características tipicamente feudais¹².

Ao nosso ver, as relações de produção na agricultura brasileira foram marcadas por características feudo-mercantis e não as formas puras de cada um destes sistemas como alguns autores defendem.

¹²Para maiores detalhes sobre as características feudais das capitanias hereditárias no Brasil, consulte, BORGES, F. Carlos. Origens históricas da propriedade da terra; IN: A Questão Agrária, 2a. ed., São Paulo, Brasil Debates Ltda., 1980, p. 2-19.

Seja qual for o ponto de vista a respeito desse problema, o fato é que a magnitude dessas características no latifúndio brasileiro varia de região para região e até mesmo de Estado para Estado. Na região Sul do país, por exemplo, as modificações na estrutura agrária foram mais importantes não só em virtude do estilo de colonização européia que aí se verificou, mas, sobretudo, da crescente urbanização efetivada. Já na região nordestina, essas características relativamente pouco se modificaram ao longo do tempo, de modo que sua atual estrutura agrária, bem como as relações de produção existentes, nada mais são do que um reflexo da natureza da exploração econômica efetivada desde o início de sua colonização.

2.2 - O caso específico de Sergipe

Como já se teve oportunidade de ver anteriormente, a criação de gado se constituiu em atividade auxiliar e dependente da exploração açucareira no Nordeste até fins do século XVIII, de forma que a colonização da zona do agreste e sertaneja teve como suporte principal a atividade pecuária com base em deslocamentos populacionais das duas metrópoles de então, Olinda e Salvador.

Alguns dos criadores de gado do sertão nordestino se notabilizaram pelos grandes latifúndios que formaram com a exploração, como é o caso da família Garcia D'Ávila que chegou a

constituir verdadeiros reinos formados de inúmeras fazendas ao longo do rio São Francisco, os quais, de acordo com alguns historiadores, atingiam, em conjunto, até 340 léguas de extensão. Neste contexto, surge a província de Sergipe tendo, na exploração pecuária, o suporte de sua colonização em fins do século XVI, isto é, nos primórdios de sua colonização.

A formação de grande propriedade se iniciou com as grandes fazendas de gado e surgiram no sertão, ao longo do rio São Francisco, e seguindo o curso dos principais rios, tais como Japarutuba, Sergipe, Cotinguinba, Ganhamoroba, Real e Piauí.

O declínio da atividade pecuária se deu aproximadamente em 1637 com a invasão holandesa, e a destruição dos principais currais de gado existentes, obrigando a fuga para a Bahia dos colonizadores com boa parte das cabeças de gado restantes¹³. Decorreu um século de estagnação da economia sergipana, e, apesar de a exploração açucareira ter-se aí iniciado em princípios do século XVII, somente no século XVIII essa atividade assumiu real importância dentro do contexto econômico da província, como decorrência de fatores favoráveis no mercado externo. Com a euforia da exploração açucareira, a pecuária tradicional deixa de ser a atividade econômica dominante, cedendo as terras férteis à nova fonte de lucros que passava a ser a cana-de-açúcar.

"Impulsionados pelos lucros, pela prosperidade geral, o engenho invadiu todos os vales dos rios sergipanos, partindo a princípio do Rio Real, ao Sul da Capitania, atingindo depois o

¹³ DANTAS, Orlando. O problema açucareiro de Sergipe. Aracaju, 1949, p. 13.

Piauĩ, o Vasa-Barris, o Poxim, o Cotinguiba, o Sergipe, o Ganhamoroba, o Siriri e o Japaratusba. Vales fêrteis, ricos massapês, abundantes aguados, eram requisitos exigidos pelos colonizadores para a fundação dos seus engenhos, empurrando assim, os currais para as cabeceiras daqueles Rios, para o sertão enfim¹⁴.

A cana-de-açucar teve, na zona da mata sergipana, seus ciclos de euforia e crises, mas sempre se constituiu no principal produto de fontes de divisas do Estado. Apoiando-se nessa exploração, as grandes propriedades agrícolas (nos principais vales fêrteis), antes ocupados com currais de gado e agricultura de subsistência, a atividade açucareira foi responsável por um acentuado grau de concentração da terra, apesar do grande numero de engenhos de pequena capacidade. As terras do Estado passavam assim a ficar divididas em três partes distintas: de um lado a zona do sertão formada por terra de inferior qualidade e refúgio da população pobre; do outro, as ricas terras da zona da mata, monopólio de uma minoria que explorava a cana-de-açucar, e a zona do agreste formada de terras também de boa qualidade que eram exploradas por uma faixa intermediária da população com a criação de gado e cultivo de subsistência.

Referindo-se mais especificamente à concentração das terras da zona da Cotinguiba, Orlando Dantas constata que: "os rios São Francisco, Japaratusba, Siriri, Sergipe, Cotinguiba, Vasabarris, Piauĩ e Real delimitam as zonas mais ricas do Estado. Nessas terras fêrteis, o homem branco construiu a indústria a

¹⁴DANTAS, op. cit., p. 18.

açucareira, à custa do trabalho escravo. Foram donos dessas áreas, ontem mais de 900 proprietários, e hoje cerca de 200; que desfrutam o privilégio de possuir a terra capaz de não exigir um esforço inútil, dos que a cultivam¹⁵".

Enquanto nas terras litorâneas se desenvolviam a indústria açucareira e uma pequena lavoura de subsistência necessária ao sustento dos que ali estavam envolvidos, na zona do agreste e na sertaneja se desenvolviam a criação de gado e o cultivo de subsistência.

A decadência da indústria açucareira em Sergipe, já no século XIX, foi fruto de uma série de acontecimentos que pela sua relevância merecem ser mencionados: a) condições desfavoráveis do mercado externo; b) a euforia do algodão em função dos altos lucros decorrentes das boas condições do mercado¹⁶ e a corrida de parte dos senhores de engenho para essa nova fonte de lucro; c) as dificuldades de trabalho nas ricas terras de massapê e o não uso alternativo das terras de tabuleiros e, finalmente; d) a resistência às inovações tecnológicas por parte dos produtores de açúcar.

BCME-BIBLIOTECA

Para se ter uma idéia da crise do açúcar no Estado, basta lembrar que em 1920 Sergipe possuía 70 usinas enquanto Per

¹⁵DANTAS, op. cit., p. 33.

¹⁶Mesmo no apogeu da exploração açucareira, o algodão sempre foi muito cultivado na zona do agreste e do sertão, em consórcio com as principais culturas de subsistência para fins de consumo interno. Somente com as condições favoráveis do mercado internacional é que o algodão passa a se constituir cultura importante, formando ao lado do açúcar os dois principais produtos de exportação.

mambuco e Alagoas possuíam 54 e 15, respectivamente. Entretanto, a produção de Pernambuco era oito vezes a de Sergipe, e a de Alagoas, 60% superior. Como se pode ver, apesar do grande número de usinas em Sergipe, sua capacidade era pequena, uma vez que se tratava em sua grande maioria, de antigos banguês¹⁷, enquanto nos outros Estados as usinas aumentavam constantemente de capacidade absorvendo os antigos engenhos, e até mesmo as pequenas usinas¹⁸.

Ao contrário de outros Estados, como Pernambuco e Alagoas, os pequenos engenhos em Sergipe resistiram de alguma forma às inovações tecnológicas no século XX¹⁹, de modo que somente nestas três últimas décadas apareceram algumas poucas usinas modernas, e atualmente restam apenas três, com uma prestes a fechar suas portas.

Com a decadência da monocultura açucareira, era de se esperar que houvesse uma diversificação da produção agrícola e, conseqüentemente uma melhor distribuição das terras na zona canavieira da Cotinguiba, fato esse que seria perfeitamente conciliável com algumas versões sobre a estrutura agrária brasileira, segundo a qual, nos lugares onde a monocultura de expor

¹⁷Os banguês eram pequenos engenhos voltados mais para a produção de melaço e da raspadura do que mesmo do açúcar.

¹⁸ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1973, p. III.

¹⁹Os pequenos engenhos eram movidos a tração animal, depois a vapor para em seguida se transformarem em usinas de maior capacidade.

tação fracassou, existisse uma melhor distribuição da terra. Aconteceu, no entanto, o contrário: a pecuária extensiva e de baixa produtividade foi pontificando como atividade dominante e a maior parte dos canaviais foi sendo substituída por pastagens, naturais ou plantadas, provocando, desta forma, desemprego da força de trabalho no campo, obrigando-a a migrar para os centros urbanos, criando sérios problemas sociais.

O algodão, a exemplo da cana-de-açúcar, também teve sua fase de euforia, tendo inclusive em alguns momentos disputado as terras ocupadas com a cana-de-açúcar, além de ter-se também constituído como o segundo produto de fonte de divisas do Estado. Conforme será analisado posteriormente, a cultura do algodão, pelas suas características de exploração, contribuiu sobremaneira para o fracionamento das grandes propriedades tanto na região do agreste, como na zona do sertão do São Francisco. Muitas das cidades sergipanas tornaram-se progressitas em decorrência do apogeu da atividade algodoeira. Passado o auge do ciclo do algodão, a pecuária extensiva e tradicional passou a imperar, coadjuvada por uma agricultura de subsistência praticada na sua maior parte por trabalhadores sem terra na base do arrendamento e de formas de parceria.

O atual quadro agrário do Estado de Sergipe nada mais é que um reflexo de sua história. Senão vejamos: no início da colonização, o monopólio da terra se deu através das grandes fazendas de gado e, naturalmente, uma agricultura de subsistência com sobras voltadas para o mercado local. As condições propícias de solo e clima para a cultura da cana-de-açúcar faz com

que essa atividade impulsionada por condições favoráveis no mercado externo substitua os currais de gado, conduzindo-os para as regiões do Estado onde não fosse possível a exploração da cana. Passada a euforia do açúcar, os canaviais voltam a ser pastagens conservando sempre o monopólio da terra.

A região do agreste, no decorrer da sua colonização, foi sempre palco de criação de gado e agricultura de subsistência. Com a escalada do algodão, tornou-se uma das regiões mais importantes do Estado, no entanto, voltando às suas origens de atividade pecuária predominante com a decadência do algodão.

"O latifúndio consegue manter-se, desenvolvendo uma pecuária extensiva de nível econômico muito baixo e utilizando pequena parcela da mão-de-obra^{2º}."

A zona do sertão do São Francisco, que teve na pecuária e posteriormente no algodão seu suporte econômico, continua, nos dias atuais, com sua estrutura agrária semelhante ao passado. Apesar de a euforia do algodão ter contribuído de algum modo para uma melhor distribuição das propriedades rurais, atualmente o que se vê é a grande propriedade tomando posse das terras através da prática de pecuária extensiva e irracional, expulsando assim os pequenos produtores que não têm outra alternativa se não emigrar para os centros urbanos.

^{2º}DANTAS, op. cit., p. 35.

3 - O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

A estrutura da posse da terra tem sido apontada por diversos estudiosos como uma das principais barreiras ao desenvolvimento econômico de muitos países; como é o caso, por exemplo, dos países da América Latina de um modo geral. O atual quadro agrário desses países decorre de circunstâncias históricas que, de uma maneira ou de outra, levaram à concentração da propriedade da terra às mãos de uma minoria em detrimento de uma maioria sem terra, ou mesmo com pequenos lotes insuficientes para sustentar uma família.

Em geral, é muito comum nos países latino-americanos o binômio latifúndio-minifúndio¹ como forma básica de exploração da terra. Essa característica é muito importante na medida em que a predominância desse binômio gera um excedente de mão-de-obra que vai afetar sobremaneira as formas de organização da produção em benefício do monopólio da terra que usufrui das

¹O conceito de latifúndio é muito discutido apesar de etimologicamente se referir a extensão física da propriedade agrícola. Uma das controvérsias sobre o conceito etimológico é o fato de que existe uma série de fatores que podem alterá-lo tais como: fertilidade do solo, pluviosidade, topografia, condições infra-estruturais, densidade demográfica etc. Em função desses fatores, uma pequena propriedade pode ser considerada um latifúndio e vice-versa. Em decorrência dessas discussões; CIDA (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola) prefere relacionar o conceito de latifúndio à capacidade de absorver mão-de-obra. Neste sentido, latifúndio é toda propriedade capaz de ocupar integralmente durante o ano mais de doze pessoas e minifúndios, aquelas propriedades cujo tamanho é insuficiente para ocupar até duas pessoas durante o ano.

vantagens deste excedente, induzindo assim, cada vez mais, à persistência do sistema nesses países.

As pressões demográficas e a conseqüente escassez de terra em relação à mão-de-obra disponível fazem com que a terra seja usada de forma altamente intensiva nos minifúndios que, apesar da superior produtividade por hectare em comparação com os latifúndios, são incapazes de absorver a mão-de-obra excedente e ao mesmo tempo proporcionar-lhe um nível de vida satisfatório. Deste modo, uma parte do excesso de trabalhadores se ocupa de forma parcial ou total nos latifúndios, a depender da magnitude e natureza da exploração dada à terra, e a outra emigra para os centros urbanos onde vai se ocupar na construção civil, ou ficar subempregado em atividades de biscate.

O minifúndio forma o binômio com o latifúndio situando-se fora ou dentro dele². Dado que o minifúndio se caracteriza como uma pequena área de terra cuja exploração intensiva é insuficiente para proporcionar o sustento condigno a uma família, quando situado fora do latifúndio, é em geral uma unidade de posse, e seu proprietário, quase sempre o chefe de família, vende sua força de trabalho temporariamente a salário baixíssimo. No caso de situar-se dentro do latifúndio, é apenas uma unidade de uso, e o chefe e demais membros da família têm apenas o direito de explorá-lo através de algumas das formas de arrendamento e/ou parceria, além de ser força de trabalho permanente

²Neste trabalho não será feita diferença entre minifúndios situados fora ou dentro do latifúndio, em virtude de os dados dos censos agrícolas aqui usados não proporcionarem condições para tal distinção.

à disposição do latifúndio onde está inserido³.

O percentual das terras controladas pelos latifúndios do Brasil, no contexto da América Latina, só é superado pelo Chile e Peru, enquanto que os minifúndios ocupam apenas 0,5% das terras, índice superior apenas aos 0,2% do Chile. Quanto à exploração da terra, a tabela 1 mostra que em 1960 o Brasil explorou 22,5% da área dos seus minifúndios, sendo o menor percentual apresentado em relação aos outros países latino-americanos, ao mesmo tempo que explorou 4,7% dos seus latifúndios, percentual inferior apenas ao do Chile.

Estes indicadores mostram, assim, a importância do binômio latifúndio-minifúndio nos países latino-americanos aqui estudados.

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 1 - Minifúndios e Latifúndios na Estrutura Agrária de países latino-americanos (1960)

Países	Minifúndios		Latifúndios	
	% das explorações*	% do total das terras	% das explorações*	% do total das terras
Argentina	43,2	3,4	0,8	36,9
Brasil	22,5	0,5	4,7	59,5
Colômbia	64,0	4,9	1,3	49,5
Chile	36,9	0,2	6,9	81,3
Equador	89,9	16,6	0,4	45,1
Guatemala	88,4	14,3	0,1	40,8
Peru	88,0	7,4	1,1	82,4

FONTE: CIDA - Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola - citado por Cleide Rodrigues (1971).

* - As explorações ou terras exploradas são termos usados pelo INCRA e se referem às terras utilizadas na produção agrícola.

³SOARES, Gláucio Ary Dillon. A questão agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.66.

Vários são os autores que tratam da questão agrária brasileira. Predominam, porém, duas correntes distintas na maneira de encará-la. Uma delas defende a tese de que não existe diferença entre desemprego rural e urbano, considerando a estrutura agrária como uma constante não questionada, argumentando que as causas do problema geral do desemprego, quer rural quer urbano, estão vinculadas ao crescimento econômico insuficiente e não à estrutura agrária prevalecente. Nesse caso, a aceleração do crescimento econômico é apontada como a única solução para a questão do desemprego. Alguns autores, de acordo com esses argumentos, afirmam inclusive que uma taxa média de crescimento em torno de 12% ao ano em países como o Brasil seria suficiente para absorver os novos trabalhadores⁴.

A outra corrente, representada pelos estruturalistas, argumenta que a absorção da mão-de-obra desempregada através do crescimento econômico é duvidosa a depender de mudanças na estrutura agrária. Por conseguinte, apontam como solução para o desemprego uma mudança radical no sistema de propriedade da terra a qual é tida como a principal responsável por distorções capazes de afetar, de alguma forma, a absorção da mão-de-obra, prejudicar o aumento da produtividade agrícola e, consequentemente, de gerar tensões sociais⁵.

"A América Latina perde bilhões de horas de trabalho inutilmente e bilhões mais são mal utilizadas devido a distribuição da terra: ao lado do minifúndio, onde sobra tra

⁴SOARES, op. cit., p. 86.

⁵Idem, p. 89.

balho e não há terra, encontramos simbiótica e predatoriamente associado com ele o latifúndio, onde sobra terra e falta trabalho. Essa é a irracionalidade de um sistema que gera um excedente relativo de trabalho agrícola tão alto⁶.

Um dos primeiros estudos sobre estrutura agrária brasileira utilizando índices estatísticos de concentração, foi realizado por Lourival CÂMARA⁷ em 1949. O índice de concentração utilizado foi de Gini; com o objetivo de dar uma idéia da magnitude de concentração da terra em cada Estado da Federação e no Brasil, esse autor propôs a seguinte classificação por intervalo do índice Gini:

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 2 - Classificação da concentração da terra de acordo com o índice de Gini

Intervalos do Índice de Gini	Grau de concentração
0,000 ã 0,100	nula
0,101 ã 0,250	de nula a fraca
0,251 ã 0,500	de fraca a média
0,501 ã 0,700	de média a forte
0,701 ã 0,900	de forte a muito forte
0,901 ã 1,000	de muito forte a absoluta

Depois de estimar o índice de Gini (com base no Censo Agrícola de 1940), para todos os Estados da Federação, conclui que apenas o Espírito Santo apresentou uma concentração fraca.

⁶SOARES, op. cit. p. 94.

⁷CÂMARA, Lourival. Concentração da propriedade Agrícola no Brasil. In Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 7 (77): 516-528, 1949.

e média. Para o Distrito Federal e o Estado de Santa Catarina, a concentração foi média e forte; os Estados do Amazonas, Pará e Maranhão, muito forte a absoluta e, nos demais Estados, a concentração foi de forte a muito forte.

Estudando mais especificamente o Estado do Espírito Santo, o autor mostra que a baixa concentração de terra não é de corrente de sua pequena área territorial como muitos afirmam, mas sim, do sistema de colonização européia que aí se deu, de modo que, em virtude da distribuição mais equitativa da terra, se tem mais bem-estar econômico; maior fixação do homem à terra, maior e mais variada produção.

Os trabalhos sobre distribuição da posse da terra no Brasil de um modo geral têm mostrado que a concentração da terra tem aumentado na última década, apesar das aparentes transformações por que tem passado sua estrutura agrária.

Em um dos trabalhos mais completos sobre estrutura agrária brasileira de que se tem conhecimento, CIDA⁸ conclui que os latifúndios, de um modo geral, dominam a agricultura brasileira, e que o binômio latifúndio-minifúndio constitui uma realidade em todo o país, com exceção apenas de estreitas faixas de terra caracterizadas pela colonização européia. Em 1950, 23% das propriedades agrícolas no Brasil eram minifúndios, e ocupavam apenas 1% das terras agrícolas, enquanto os latifúndios, representando menos de 5% do total, controlavam mais de 60% de

⁸CIDA (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola. Posse e uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-econômico do Setor Agrícola. Brasil, (Washington, 1966) .

toda a área recenseada. Segunda CIDA, o problema se agrava mais ainda em termos de Estados, existindo mesmo aqueles onde os latifúndios embora sendo parcela insignificante do número de propriedades, controlam até 99% da área física total recenseada.

A concentração da terra nas mãos de um pequeno grupo privilegiado, torna-se na verdade um bom negócio na medida em que tanto é lucrativo como proporciona, sobretudo, prestígio político e poder econômico aos seus beneficiários. Desta forma, é muito difícil no Brasil uma desintegração dos latifúndios em função de sua inviabilidade econômica para o sistema como um todo.

"O bom do latifúndio deriva da posse de grandes extensões de terra e um contingente de mão-de-obra barata com salários baixíssimos. Aqui, o conflito de interesses entre a comunidade como um todo e os fazendeiros como um grupo ou como indivíduos se torna mais operante. O que é bom para o latifúndio não é bom para comunidade rural e para a economia como um todo".

São várias as razões apontadas como responsáveis pelo declínio da agricultura no Brasil. Alguns dos argumentos explicativos desse declínio da agricultura, são os incentivos econômicos dispensados pelo governo como, por exemplo, os preços dos produtos agrícolas que não têm sido atrativos ao ponto de induzir os produtores agrícolas a se empenharem eficientemente na produção; outros determinam, como causa, a declinante fertili-

⁹CIDA, op. cit., p. 606.

dade do solo, decorrente das práticas vigentes de exploração, e a necessidade de novas terras férteis que ficam muito distantes e de difícil acesso ao produtor.

Como se pode notar, esses argumentos não levam em consideração reformas institucionais da terra, sem as quais nenhum programa adicional conduzirá o país a um progresso social e econômico mais justo do seu povo.

De acordo com a CIDA, a implementação de programas na agricultura brasileira que não levem em consideração mudanças básicas na estrutura de "tenência"¹⁰ da terra, será incapaz de resolver ou pelo menos minimizar os problemas sócio-econômicos do país e conclui: "a atual estrutura de posse da terra e o uso da mão-de-obra rural resulta de fato na pobreza, na insegurança, na instabilidade e na desocupação total ou parcial do grosso da população rural e dos solos e, daí, na inadequada e não obstante, grande riqueza de um pequeno número de proprietários rurais"¹¹.

Em 1967, HOFFMANN¹², utilizando-se da curva de Lorenz, do Índice de Gini e da curva de Pareto, conclui, com base em dados dos Censos Agrícolas e cadastros do IBRA¹³, que a concen

¹⁰A palavra tenência da terra aqui usada se refere ao arranjo legal sobre o qual uma pessoa ou grupo de pessoas têm direito sobre a terra, auferem benefícios e têm obrigações no processo de produção.

¹¹CIDA, op. cit., p. 602.

¹²HOFFMANN, Rodolfo. Contribuição à análise da distribuição de posse da terra no Brasil. Piracicaba, ESALQ, 1967. (Tese de mestrado), p. 46.

¹³Antigo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária, hoje INCRA.

tração da posse da terra é elevada no Brasil. A magnitude do Índice de Gini estimado para o Brasil foi de 0,826 em 1940, aumentando para 0,838 em 1950 e 0,846 em 1960, demonstrando, por conseguinte, grau elevado e crescente.

O Índice de Gini foi também estimado para as regiões e os Estados brasileiros, revelando os menores índices nos Estados do Espírito Santo, Santa Catarina, Guanabara e Paraná nas magnitudes de 0,528; 0,656; 0,690 e 0,692, respectivamente, em 1960. As unidades que se destacaram com maior grau de concentração foram Amazonas (0,956), Amapá (0,934), Acre (0,918), Rondônia (0,900) e Maranhão (0,917), em 1960. **BCME-BIBLIOTECA**

Quanto às regiões, a que apresentou maior grau de concentração, em 1950, foi a Norte com um índice em torno de 0,942, enquanto a região Sul se destacou com o menor, 0,740 no mesmo período. Com esses resultados o autor chega à conclusão de que o grau de concentração da terra no Brasil não é uniforme, variando de Estado para Estado e de região para região.

Num trabalho sobre desenvolvimento agrícola do Nordeste, realizado em 1972, PATRICK¹⁴ mostra que houve uma redução no tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas do Nordeste da ordem de 13 hectares no período compreendido entre 1940 e 1960, e de 28 hectares para o Brasil ao mesmo tempo em que o número de estabelecimentos foi duplicado.

O aumento do número de estabelecimentos do Nordeste re

¹⁴PATRICK, George F. Desenvolvimento Agrícola do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. (Brasil IPEA/INPES, Relatório de pesquisa, nº 11), p. 112-113.

ta basicamente das unidades de menos de 10 hectares. No pe-
do investigado (1940 a 1960), verificou-se que "65% dos no-
estabelecimentos tinham menos de 5 hectares, ao passo que
ros 10% situavam-se, no Nordeste, na faixa de 5 a 10 hecta-
. No mesmo período, os estabelecimentos de menos de 5 hecta-
representavam cerca de 43% dos novos estabelecimentos, no-
s, tendo cerca de 15% dos novos, uma área entre 5 a 10 hec-
es¹⁵".

Essa conclusão vem assim confirmar o argumento defendi-
pela maioria dos trabalhos nessa área, no sentido de que a
dominância do binômio latifúndio-minifúndio é um fato indis-
ível no país e especialmente no Nordeste. A formação desse
ômio, traço característico do monopólio da terra, ocorre no
deste principalmente através da multiplicação das pequenas
riedades decorrentes não da colonização de novas áreas e/ou
cionamento das grandes propriedades, mas, sobretudo, do fra-
namento das pequenas propriedades.

Analisando o uso da terra no Nordeste (como percentagem
área total recenseada), conclui ainda que, apesar de a área
al dos estabelecimentos agrícolas ter aumentado de 50% no
todo de 1940 a 1960 a proporção das terras usadas com lavou-
aumentou somente de 13,5% para 13,9%. As terras incultas¹⁶
ram de 23,9% em 1940 para 19,9% em 1960, enquanto que para

¹⁵PATRICK, op. cit., p. 113.

¹⁶Os conceitos de terras incultas, ocupadas com lavou-
matas, terras improdutivas e em descanso serão discutidos
próximo capítulo que trata dos aspectos metodológicos deste
balho.

o Brasil esse decréscimo foi de 14,8% para 11,3% sugerindo estes indicadores que a prática de deixar terras em descanso é mais comum no Nordeste.

A percentagem de terras recenseadas, transformadas em pastagens aumentou de 4,4% nesse período, sendo que as pastagens artificiais cresceram na proporção de 7,5% indício, segundo o autor, de uma melhoria, e de maior intensidade no uso da terra. As terras ocupadas com matas, por sua vez, tiveram um aumento insignificante, da ordem de 1,3% no mesmo período, sendo o Maranhão o principal responsável por esse percentual. A proporção de terras improdutivas caiu tanto no Nordeste como no Brasil¹⁷.

BCME - BIBLIOTECA

Em 1975 HOFFMANN e GRAZIANO¹⁸, usando dados dos Censos Agrícolas de 1960 e 1970, demonstram que no Brasil os estabelecimentos agrícolas com área menor que a mediana (50), isto é, os 50% menores, ocupam apenas 3% da área total recenseada, enquanto os 5% dos estabelecimentos maiores controlam 67% da área total. Esses autores verificam ainda que a área média dos estabelecimentos que compõem os 50% menores é 16 vezes menor que a área média dos estabelecimentos de um modo geral, ao mesmo tempo em que a área média dos estabelecimentos que formam os 5% maiores é 13 vezes maior que a média geral e mais de 200 vezes maior que a área média dos 50% menores.

Ao investigar o grau de intensidade do uso da terra e

¹⁷PATRICK, op. cit., p. 104-105.

¹⁸HOFFMANN, Rodolfo & SILVA, José Graziano da. A Estrutura Agrária Brasileira. ESALQ, Piracicaba, série de Pesquisa nº 31, 1975, p. 10-11.

da mão-de-obra, em função do tamanho dos estabelecimentos, con-
cluem que as pequenas propriedades, em virtude de suas áreas re-
duzidas, usam mais intensamente a terra e maior quantidade de
mão-de-obra por hectare cultivado, fatos caracterizadores do
monopólio da terra.

As conclusões de HOFFMANN e GRAZIANO vêm, destarte, con-
testar o argumento de que o monopólio da terra no Brasil este-
ja perdendo sua importância no tempo, através de uma gradual
fragmentação dos latifúndios em favor dos minifúndios e das pe-
quenas e médias propriedades.

FURTADO¹⁹, analisando o problema agrário brasileiro, ve-
rifica que a concentração da propriedade da terra numa economia
onde a principal fonte de emprego é a agricultura significa ne-
cessariamente concentração de renda. O argumento do autor se
prende ao fato de que se a terra está concentrada, o contingen-
te de trabalhadores está ligado de alguma forma às grandes pro-
priedades. Deste modo, a única alternativa para esses trabalha
dores sem terra, ou mesmo com pequenas áreas insuficientes pa-
ra obter o sustento da família, é integrar-se a essas proprie-
dades em uma das formas de trabalho tais como, parceiro, arren-
datário e/ou assalariado, ou então fazer uma roça por conta pró-
pria em terras constituídas por sobras de baixa fertilidade e,
por conseguinte, sem nenhum valor comercial.

Numa pesquisa realizada em 1976 sobre a estrutura agrã

¹⁹FURTADO, Celso. Análise do Modelo Brasileiro. 5a. edi
ção, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 106.

ria do Nordeste, GRAZIANO²⁰, utilizando-se de dados dos Censos cadastrais de 1967 e 1972, mostra que em Sergipe os imóveis com área inferior a 50 hectares equivalem a 87% do total, ao mesmo tempo em que controlam apenas 24% da área física total. No ou tro extremo, as propriedades com área superior a 1.000 hectares representam apenas 0,3% do total de imóveis, apropriando-se, no entanto, de 17% da área total cadastrada.

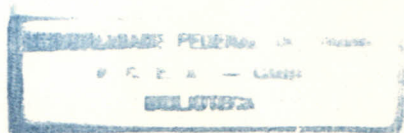
Entre os imóveis caracterizados pelo INCRA, 90% eram mi nif ú nd ios²¹ e controlavam 30% da área cadastrada, enquanto os latif ú nd ios se apropriavam de 67% da área e representavam apenas 10% dos imóveis²². Com esses indicadores, o autor chega à conclusão de que existe um elevado padrão de concentração da terra no Estado, com o binômio latifúndio-minifúndio funcionando como uma consequência inevitável do monopólio da terra.

Investigando a utilização, verifica-se ainda que, Sergipe explora 70% de suas terras, sendo o percentual não explorado bem menor que os 41,5% do Brasil como um todo. As pequenas propriedades, como é comum, apresentam maior percentual de expl ora ção indicando assim que utilizam mais intensivamente a terra.

²⁰ GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, Estados da Região Nordeste, Botucatu, 1977, p. 157.

²¹ De acordo com o INCRA, "minifúndio é o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar". Quanto aos latifúndios, o INCRA utiliza dois critérios: por exploração e por dimensão. Não existe latifúndio por dimensão em Sergipe e os latifúndios aqui citados são por exploração que se caracterizam pela má exploração econômica e social, não importando sua área, desde que esta seja igual ou superior à do módulo.

²² Os conceitos de imóvel rural e culturas permanentes e temporárias serão dados no capítulo seguinte sobre aspectos metodológicos.



A pecuária é a principal atividade de exploração. Da área total cadastrada, quase 80% são ocupados com pecuária, ficando 10% com culturas temporárias, além das culturas permanentes e hortigranjeiras, menos significantes. "De um modo geral, pode-se concluir que, em Sergipe, a pecuária é a principal forma de exploração da terra, sendo que nas propriedades muito pequenas ganham importância as culturas (permanentes e temporárias), como forma complementar de utilização do solo²³".

Estudando o problema agrário do Nordeste, FIGUEIROA²⁴, argumenta que o monopólio da terra nas mãos de 11% das famílias é o principal responsável pelo subdesenvolvimento de 80% das famílias rurais que compõem o estrato social afetado.

Segundo esse autor, as relações sócio-econômicas no campo, oriundas do monopólio da terra, limitam as possibilidades de desenvolvimento das famílias envolvidas nas categorias de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e pequenos produtores de um modo geral.

No conjunto, essas famílias formam 80% do total, e os grandes problemas agrícolas da região, são exatamente os problemas dessas famílias, tais como, atraso tecnológico, baixos níveis de renda, alimentação, saúde e habitação, etc.

Assim conclui o autor: "Observa-se que 20,8% das famílias rurais do Nordeste podem expandir seus negócios sem encontrar entraves de importância no tamanho de seus estabelecimen

²³SILVA GRAZIANO, op. cit., p. 159.

²⁴FIGUEIROA, Manoel. O Problema Agrário do Nordeste. Recife, HUCITEC, 1977, p. 68.

tos ou no sistema de posse e uso da terra.

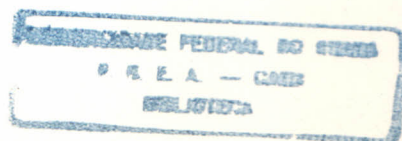
Das famílias rurais, 35,8% enfrentam problemas de posse de terra por sua limitada superfície e/ou também pelas precárias ou abusivas condições legais que impõem os proprietários para sua utilização.

Finalmente, 4,3% das famílias rurais do Nordeste são famílias submetidas e aviltadas, em sua condição humana, pelo império da concentrada propriedade da terra²⁵.

O fato é que em uma nação marcada por desigualdades econômica e sociais, os frutos do crescimento econômico se tornam sempre benefício de uma minoria de privilegiados que detêm o poder político e econômico, em detrimento da comunidade pobre em geral que compõe a maior parte da população. Desde que, numa nação essencialmente agrícola onde o principal fator de produção, a terra, se encontra monopolizado, e cujos frutos do crescimento são apropriados pelos que detêm o seu monopólio, é natural que qualquer tipo de mudança na estrutura de "tenência da terra" que venha beneficiar a comunidade pobre, constitua barreira por parte dessa minoria privilegiada. A miséria da maioria garante a hegemonia da minoria, de modo que, qualquer reforma estrutural da terra que resulte em benefício da maioria, implica a redução da hegemonia da maioria que está disposta a defender a todo custo sua posição e interesse particular, mesmo que isso implique malefício para a Nação como um todo.

Neste sentido, WEITZ afirma: "os grandes proprietários

²⁵FIGUEIROA, op. cit., p. 69.



e terra não estão dispostos a abrir mão espontaneamente, das vantagens econômicas, sociais e políticas que a posse da terra lhe proporciona. Frequentemente, eles valorizam o prestígio e poder político acima do benefício econômico e, assim, lutam para perpetuar o sistema social e organizacional reinante nas áreas rurais²⁶.

A concentração da terra é assim um fenômeno inerente às vantagens políticas e sócio-econômicas proporcionadas aos grandes proprietários, que por isso mesmo constitui um principal obstáculo a qualquer reforma da terra que culmine com melhoria das condições de vida do homem do campo.

De acordo com Caio Prado Júnior²⁷, a grande propriedade apresenta forte resistência ao fracionamento, enquanto as pequenas se multiplicam às custas do seu fracionamento reduzindo e cada vez mais até atingir a condição de parcelas ínfimas, passando a ser benefícios para os grandes proprietários e um malefício para a comunidade rural em geral.

A causa do fracionamento das pequenas²⁸ propriedades é apontada pelo autor como decorrente da concentração fundiária, ao manter o monopólio da terra, obriga as pequenas a se

²⁶WEITZ, Raanan. Uma nova estratégia de Desenvolvimento Rural. Fortaleza, tradução do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), 1979, p. 178.

²⁷PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. 2a. edição, Rio de Janeiro, Brasiliense, 1979, p. 74.

²⁸O autor utilizou a classificação de propriedades rurais, segundo seu tamanho: pequenas, médias e grandes. As propriedades pequenas são aquelas com área inferior a 100 hectares, as médias, com áreas compreendida entre 100 e 200 hectares, e as grandes, com área superior a 200 hectares.

multiplicarem tornando-as insuficientes para ocupar integralmente uma família, e por conseguinte fornecer-lhe o sustento de maneira condigna. Desta maneira, há um empobrecimento cada vez maior do trabalhador rural que dispõe de um pedaço de terra confundindo-os com outros trabalhadores que não dispõem de terra.

"A pequena propriedade, quando não é espoliada pelo comércio intermediário, resta-lhe vegetar completamente à margem da vida econômica do País, lutando por uma sobrevivência miserável e precária²⁹".

BCME - BIBLIOTECA

A má alocação de recursos na agricultura brasileira é um fato consumado. O sistema de uso da terra, de um modo geral, ainda permanece com características do passado. Em algumas regiões, como o Nordeste, onde existe uma alta densidade demográfica, os recursos humanos e a terra ainda se acham subutilizados com sérios prejuízos para a Nação. O destino dado à terra, bem como sua conveniente utilização não podem ficar ao arbítrio daqueles que detêm o seu monopólio com o único objetivo de atender a seus interesses imediatistas em detrimento da comunidade em geral³⁰.

O que se vê no meio rural, na maioria das vezes, é grande parte das terras férteis com condições climáticas e geográficas excelentes para a agricultura serem utilizadas em atividades de pecuária extensiva de baixa produtividade e, até mesmo, permanecerem ociosas, quando poderiam ser utilizadas na pro

²⁹PRADO JÚNIOR, op. cit., p. 76.

³⁰Idem, p. 110.

ção de alimentos e numa pecuária intensiva de maior produtividade. Isto, por certo, iria beneficiar parte maior da comunidade através de maiores oportunidades de emprego e uma maior e mais variada produção. Entretanto, o que, como e para quem produzir são questões que só serão perfeitamente solucionadas no Brasil, através de uma reforma básica da terra.

O jogo da oferta e da procura no mercado de trabalho na agricultura brasileira se traduz em benefício para os grandes proprietários que, ao monopolizarem a terra, induzem pressões demográficas nas pequenas propriedades que se fracionam, tornando-se insuficientes para ocupar o excedente de mão-de-obra que a cada dia se multiplica, favorecendo, pelo seu baixo custo, os interesses especulativos daqueles que possuem o monopólio da terra. Torna-se assim indispensável uma mudança na estrutura agrária, que por certo irá reduzir o excedente de oferta de trabalho equilibrando o mercado de trabalho e, consequentemente, melhorando as condições de vida do trabalhador rural através de uma remuneração mais justa³¹.

A análise existente da estrutura agrária quase sempre mostra que a ineficiência da agricultura em função da baixa produtividade, bem como da pobreza que cada vez mais se acentua no meio rural e urbano, é oriunda em grande parte do monopólio da terra, e em decorrência, da má alocação dos fatores de produção que, ao serem mal combinados, geram baixa produtividade, desemprego e remuneração da força de trabalho (para aqueles que conseguem ocupar-se) abaixo do nível de subsistência no meio ru

³¹PRADO JÚNIOR, op. cit., p. 75.

ral.

Dado o nível de conhecimento, e como os meios de subsistência extraídos dos minifúndios são insuficientes para a sobrevivência de uma família, o complemento é conseguido junto às grandes propriedades através do trabalho assalariado temporário³². A outra classe de trabalho é o assalariado permanente que, ao contrário da primeira, vive em completa dependência das grandes propriedades. Estes trabalhadores, em geral, não dispõem de terra, estão ligados de alguma forma às grandes propriedades através de favores oriundos do uso da terra para obter os gêneros de primeira necessidade e, em contrapartida, ofertam sua força de trabalho de forma permanente durante todo ano.

Juntando-se os trabalhadores sem terra com os minifundistas à aqueles que vivem no campo sem ocupação, forma-se assim uma oferta de mão-de-obra superior às reais necessidades do campo (dado a natureza do uso e concentração da terra), o que lhes determina salários de subsistência e, por conseguinte, as precárias condições de vida. Assim, só restam duas alternativas para o trabalhador rural: continuar vivendo em condições miseráveis ou procurar emprego em outras paragens no já tão conhecido êxodo rural.

³²O trabalho assalariado temporário se refere aqui ao pagamento monetário feito diariamente aos trabalhadores em determinadas épocas do ano pelos proprietários da terra.

4.1 - Informações gerais sobre a área de estudo

A área de estudo deste trabalho é o Estado de Sergipe. Como um dos componentes da região Nordeste do Brasil, Sergipe se limita com Alagoas, a Bahia e o Oceano Atlântico.

O Nordeste possui uma superfície de 1.542.216 quilômetros quadrados equivalentes a 18,3% da superfície do país, sendo que 21.944 km² pertencem ao Estado de Sergipe, isto é, 1,4% da superfície nordestina e 0,3% do país.

De acordo com o censo de 1970, a população do Nordeste era de 28.111.927 habitantes com uma densidade demográfica em torno de 18,3 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 900.744 estavam em Sergipe, numa densidade de 41 habitantes por quilômetro quadrado, a maior do Nordeste. Em termos de distribuição geográfica, 42% dessa população viviam na zona urbana em 1970, enquanto os outros 58%, no meio rural (tabela 3).

Tabela 3. Indicadores Gerais de Sergipe em relação ao Nordeste

Estado e Região	Superfície	1970			1975	
		População	Nº de Estabelecimentos	Área ocupada em hectare	Nº de Estabelecimentos	Área ocupada em hectare
Sergipe	21.944	900.744	95.276	1.743.200	101.234	1.809.540
Nordeste	1.542.216	28.111.927	2.206.788	74.298.713	2.351.415	78.690.488

FONTE: Censos Demográficos de 1970 e Agropecuários de 1970 e 1975.

O número de estabelecimentos agrícolas do Nordeste nesse período era 2.206.788 com uma área total recenseada em torno de 74.298.713 hectares dos quais 95.276 ou 4,3% pertenciam a Sergipe, ocupando uma área de 1.743.200 ou 2,2% da área total nordestina.

De acordo com o último Censo Agrícola de 1975, o número de estabelecimentos rurais do Nordeste atingiu 2.351.415 com uma área ocupada de 78.690.488 hectares, sendo 101.234 estabelecimentos ou 4,3% situados no Estado de Sergipe, com uma área recenseada de 1.809.540 hectares ou 2,3% do total da área ocupada do Nordeste.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas¹, em 1970, a renda interna de Sergipe era de Cr\$ 572.196.000,00, montante correspondente a 3,2% da renda interna do Nordeste. De acordo com os ramos de atividade, a maior parte dessa renda foi gerada pelo setor de serviços com uma participação de 67,5% do total da renda interna, seguido pelos setores agrícola e industrial com 20% e 12,5%, respectivamente. De uma maneira geral, a renda interna per capita de Sergipe, sempre se apresentou superior à do Nordeste, mantendo-se, no entanto, inferior à do Brasil.

¹BRASIL. Renda Interna por Microrregiões Homogêneas. 1960-1970. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas 1977, p.130.

4.2 - Considerações sobre os dados: Aspectos Conceituais

Basicamente os dados utilizados na análise da distribuição do uso e posse da terra são fornecidos pelo IBGE² através dos Censos Agrícolas de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975, além dos levantamentos cadastrais do INCRA³ de 1972 e 1976. Na verdade, existem algumas dificuldades em fazer análises e comparações de maiores amplitudes com todos esses Censos. Essas dificuldades surgem principalmente nos Censos de 1920, 1940 e 1950, como por exemplo, por diferenças metodológicas do levantamento, do número de observações, grupos de categorias de uso da terra e pessoal ocupado no meio rural. Em função desses aspectos, foi dada maior ênfase à análise dos dados dos Censos de 1960, 1970 e 1975.

Nos Censos Agrícolas e Agropecuários, os estabelecimentos rurais estão distribuídos por classes de área medidas em hectares. O número de classes de área varia de censo para censo, a depender da disponibilidade de informações relacionadas com determinada categoria que se deseja trabalhar. Na tabela 4, por exemplo, existem 14 classes de área cujas informações, mostram a área total e o número de estabelecimentos por classe de área.

A unidade pesquisada pelo IBGE através dos Censos é o estabelecimento rural. Deve-se salientar, no entanto, que exis

²Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, hoje fundação.

³Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, antigo IBRA.

tem pequenas divergências no conteúdo da unidade pesquisada nos diferentes levantamentos efetivados. Desta maneira, nos Censos de 1960, 1970 e 1975, a unidade estabelecimento agrícola é definida como "todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processe uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças, flores, criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; e criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e as hortas domésticas"⁴

Do censo agrícola de 1950 foram excluídas as áreas destinadas exclusivamente ao consumo doméstico. Neste sentido é que alguns autores tais como, George Patrick e CIDA justificam o acréscimo do elevado número de estabelecimentos agrícolas na década de 1950 e 1960.

No Censo de 1940, o estabelecimento agropecuário foi definido pelo IBGE do seguinte modo: "Foram recenseados sem limitações de área, do valor da produção todos os estabelecimentos que se destinam à exploração direta do solo, com objetivo comercial e, por extensão, os que sem essa finalidade imediata, como as chácaras e os sítios, se ocupam com a mesma exploração para custeio e consumo do estabelecimento"⁵.

⁴Censos Agrícolas de 1960, 1970 e 1975.

⁵IBGE. Censo Agrícola; Sergipe. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.

O censo de 1920 apresenta o conceito de estabelecimento mais restrito ao objetivo comercial. As áreas de terra cuja exploração não tem um fim comercial, não foram consideradas como estabelecimentos rurais, ficando assim excluídas do censo os pequenos sítios na zona rural e as chãcaras e quintais das casas em vilas e cidades, cuja produção não tivesse um objetivo comercial.

TABELA 4 - Número de estabelecimentos e área total por classe de área em Sergipe

BCME - BIBLIOTECA

Classe de área em hectare	Número de estabelecimentos rurais		Área ocupada em hectare	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
Menos de 1	31.739	33,3	17.718	1,0
1 a 2	15.680	16,4	22.289	1,2
2 a 5	16.742	17,5	52.162	3,0
5 a 10	10.132	10,6	72.598	4,2
10 a 20	7.743	8,1	111.683	6,6
20 a 50	7.082	7,4	221.945	12,7
50 a 100	3.060	3,2	216.954	12,5
100 a 200	1.562	1,6	218.555	12,5
200 a 500	1.025	1,1	315.247	18,2
500 a 1000	317	0,3	217.762	12,5
1000 a 2000	98	0,1	171.101	9,8
2000 a 5000	16	*	36.363	2,0
5000 a 10000	16	*	56.328	3,0
1000 a 100000	1	*	11.495	0,7
T O T A L	95.267	100,0	1.743.200	100,0

FONTE: IBGE, Censo Agrícola de 1960.

* - Menor que 0,1

Um fato ainda a considerar com relação ao Censo de 1920, é que, ao contrário dos censos de 1950 e 1975, que exigem a continuidade da área do estabelecimento, admite que o estabelecimento subordinado a uma única direção, pode ser formado por vários lotes separados uns dos outros.

Quanto ao censo de 1940, o conceito da unidade estabelecimento rural é um caso à parte em relação aos demais, dada sua omissão quanto à continuidade ou não de sua área.

Nos levantamentos cadastrais realizados pelo INCRA, a unidade pesquisada é o imóvel rural que, apesar de ter o conceito semelhante ao de estabelecimento rural do IBGE, apresenta algumas diferenças fundamentais que o distinguem da unidade dos censos agrícolas. Observe-se, por exemplo, o conceito da unidade de pesquisa do INCRA: "Prédio Rústico de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativo-vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições:

1 - Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 0,5 hectare, não são abrangidos pela classificação de "imóvel rural", e não são objeto de cadastro.

2 - Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 hectares e que tenham produção comercializada⁶".

⁶INCRA. Departamento de Cadastro e Distribuição. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de imóveis rurais; 1972. Estatísticas Cadastrais. Brasília, INCRA, 1974. V. 1, p. 16.

Como se pode observar, enquanto o estabelecimento rural pertence a uma única administração, o imóvel rural pertence a um único dono. Desta forma, o estabelecimento rural é uma unidade administrativa, e o imóvel rural é uma unidade de posse, de propriedade. O outro aspecto importante que diferencia os dois conceitos é a limitação da área pesquisada na zona rural e urbana pelo INCRA.

As diferenciações existentes no conceito da unidade pesquisada pelo IBGE através dos seus censos agrícolas, bem como a diferença de conceito da unidade de pesquisa entre o IBGE e INCRA são importantes e, logo, devem ser levadas em consideração em qualquer análise que se faça com esses dados. A sua não consideração pode conduzir o pesquisador a análises e conclusões errôneas, como por exemplo, a comparação de resultados estatísticos com base em dados do INCRA e IBGE que possuem conceito de unidade recenseada distinto e, portanto, não comparáveis. Outra ambiguidade de análise pode surgir das pequenas diferenças de conceituação da unidade do IBGE discutidas anteriormente. O pesquisador pode, por exemplo, atribuir o grande crescimento do número de estabelecimentos rurais num determinado período, ao fracionamento de estabelecimentos existentes e/ou ao crescimento da área física recenseada quando, na verdade, pode ter sido decorrente também da conceituação de estabelecimento.

Convém lembrar ainda que, em virtude de o estabelecimento rural ser formado de terras próprias, terras de terceiros

e terras próprias e de terceiros, os índices de distribuição a posse da terra aqui encontrados com base nos dados dos censos agrícolas e agropecuários, na verdade não refletem a real distribuição da propriedade legal das terras, mas a distribuição das terras em hectares que formam os estabelecimentos, e que, como já se sabe, é uma unidade administrativa⁷.

Com respeito à utilização das terras, não existem diferenças significativas (principalmente nos censos de 1960 a 1975) nos diversos levantamentos, que afetam de alguma forma a análise dos resultados. Todos os censos apresentam algumas categorias, como área de lavoura, compreendendo as permanentes e as temporárias, área de pastagens (pastagens naturais e plantadas), terras incultas, em descanso, improdutivas e, finalmente, ocupadas com matas natutais e plantadas.

BCME - BIBLIOTECA

As lavouras permanentes são assim chamadas por serem de longa duração, e, após a colheita, não precisarem de um novo plantio; ao contrário, as lavouras temporárias são de curta duração, geralmente de um ano e que, após a colheita, precisam de um novo plantio; as pastagens naturais são áreas usadas para o pastoreio do gado ou outros animais de pequeno porte, sem que tenham sido plantadas; por sua vez, as pastagens artificiais ou plantadas se caracterizam pela plantação do capim; as terras incultas ou produtivas não utiliza

⁷HOFFMANN; op. cit., p. 10.

das são as que não estavam sendo usadas na época do recenseamento, mas que poderiam ser utilizadas a qualquer instante; as terras inaproveitáveis são representadas por áreas que não podem ser usadas na lavoura ou mesmo na pecuária como, por exemplo, os mangues, pedreiras, áreas ocupadas com açudes etc.; as áreas cobertas com matas naturais, constituem aquelas terras ocupadas com florestas quer para fins de reserva quer para extração; além das matas naturais, os censos ainda consideram as matas artificiais representadas por plantações com o fim de reflorestamento. Finalmente, têm-se as terras em descanso que, como o nome já indica, são aquelas áreas deixadas em repouso durante um determinado período, geralmente de quatro anos, para a recuperação da fertilidade do solo.

As terras em descanso merecem aqui uma palavra de atenção. Os censos agrícolas de 1950 e 1960, embora as considerem, não as destacam entre as outras categorias de uso de terra, incluindo-as na categoria de terra de lavouras quando a utilização estivesse prevista para o ano seguinte; caso contrário, seriam terras produtivas não utilizadas ou incultas.

Este procedimento do IBGE nos levantamentos estatísticos de 1950 a 1960 cria arbitrariedades em relação à real magnitude das terras usadas com lavouras e as terras produtivas não utilizadas, em virtude de nem sempre se efetivar o uso das terras em descanso no ano seguinte dando margem à sub ou à super estimativa das terras usadas com lavouras e terras produtivas não utilizadas.

Talvez por causa dessa arbitrariedade, o IBGE, no Censo de 1970 tenha caracterizado as terras em descanso incorporando as totalmente à categoria de terras produtivas não utilizadas. Já em 1975, as terras em descanso foram destacadas ficando como categoria isolada.

Com o fim de homogeneizar o conteúdo das categorias de uso da terra nos quatro censos, neste trabalho, as terras em descanso foram incorporadas à categoria de terras produtivas não utilizadas no Censo de 1975, com idêntico conteúdo das categorias do Censo de 1970, apenas com ligeira e desprezível diferença em relação aos Censos de 1960 e 1950.

O IBGE pesquisou a constituição dos estabelecimentos rurais segundo a condição legal das terras, classificando-as em estabelecimentos compostos de terras próprias, arrendadas, ocupadas e mistas. Os estabelecimentos formados de terras próprias são aqueles que pertencem a um dono, isto é, seus proprietários possuem título de posse. Os estabelecimentos arrendados são compostos de terras arrendadas mediante contrato pago em quantia fixa monetária, mediante quota-parte da produção ou ainda através de beneficiamentos, como por exemplo, a plantação do capim; os estabelecimentos ocupados são formados por terras ocupadas a título gratuito; finalmente, os estabelecimentos mistos são compostos pela combinação das categorias anteriores.

O conceito de pessoal ocupado usado neste trabalho se refere ao total de pessoas que na época do censo participavam de atividades no estabelecimento rural. O censo não afirma, porém, se esse pessoal está total ou parcialmente ocupado.

De um modo geral, o grau de desigualdade da distribuição da terra é feito com base na classificação do tamanho físico dos estabelecimentos rurais. Existem dificuldades para essa classificação por causa dos dados disponíveis, em razão de fatores complexos que, de uma forma ou de outra, limitam a compreensão da desigualdade da distribuição da terra. É muito comum na literatura agrária a tentativa de classificação das propriedades rurais em função de suas áreas físicas, como pequenas, médias e grandes. O que é pequeno, médio ou grande em termos de área física de uma propriedade depende da perspectiva do observador. Uma classificação bastante usada tem sido considerar como pequenas propriedades aquelas com área física inferior a 100 hectares, médias, de 100 a 200 hectares e grandes de mais de 200 hectares.

Algumas críticas são feitas a esse tipo de classificação, principalmente, por não levar em consideração determinados fatores tais como condições climáticas, infra-estruturais, fertilidade do solo, densidade demográfica etc. que variam de região para região, fazendo com que uma propriedade com área física pequena seja considerada grande em termos econômicos, e vice-versa, limitando assim, as comparações entre Estados ou regiões.

Se as condições físicas e econômicas da agricultura fossem uniformes, não existiriam problemas de comparação; no entanto, na prática, estas condições são distintas, e desta forma, uma propriedade de 10 hectares numa região fértil, não é o mesmo que 10 hectares numa região de baixa fertilidade.

Preocupado com esse problema, CIDA⁸ propõe uma classificação das propriedades de acordo com o tamanho, com base no número de pessoas que nela estão ou que pode ser empregado, na suposição de que existe uma relação significativa entre as condições físicas das propriedades rurais e o número de empregados que elas podem ocupar de maneira integral durante o ano. Segundo essa proposição, as propriedades rurais ou estabelecimentos são classificados, em minifúndios, propriedades tipo familiar, multifamiliares de tamanho médio e multifamiliares grandes ou latifúndios.

Os minifúndios ou propriedades subfamiliares são as propriedades agrícolas cujo tamanho é inadequado para ocupar duas pessoas de maneira integral durante o ano inteiro, dado, naturalmente, o conhecimento técnico existente.

As propriedades rurais familiares são as capazes de ocupar entre duas e quatro pessoas também de forma integral durante o ano inteiro, na suposição de que grande parte desse trabalho é realizado por membros da família.

Propriedades agrícolas multifamiliares médias são áreas de terra suficientes para ocupar de quatro a doze pessoas integralmente durante o ano. Finalmente, as propriedades multifamiliares grandes, chamadas latifúndios, têm capacidade de ocupar mais de doze pessoas durante o ano de maneira integral.

O conceito de propriedade familiar formulado pelo CIDA merece aqui um maior esclarecimento:

a) A propriedade familiar foi assim caracterizada por ser a família a unidade básica de trabalho na agricultura bra

⁸CIDA., op. cit., p. 92-93.

sileira.

b) A determinação do número de elementos de uma família (de duas a quatro pessoas) não se refere ao total de componentes da família e sim, aos membros da família ligados ao trabalho agrícola.

c) O fato de se considerar uma determinada área de terra como propriedade familiar não significa que todo trabalho seja somente executado por membros da família, mas sim a sua maior parte.

d) A propriedade familiar aqui considerada não se relaciona com sua condição legal, sendo apenas uma unidade de uso.

Usando essa classificação, CIDA determina o tamanho das propriedades agrícolas para todos os Estados brasileiros tendo como base os dados do Censo Agrícola de 1950 e dados preliminares do Censo de 1960. O tamanho varia de Estado para Estado. No caso específico de Sergipe, a determinação do tamanho das classes de propriedades foi a seguinte:

1) Até 5 hectares: as propriedades com esse tamanho foram consideradas minifúndios pelo fato de os cálculos⁹ com base no Censo de 1950 terem acusado, em média, duas pessoas ocupadas.

BCME-BIBLIOTECA

2) De 5 a 50 hectares: consideradas do tipo familiar em virtude de os cálculos terem identificado, em média, de duas a quatro pessoas ocupadas.

3) De 50 a 200 hectares: propriedades multifamiliares.

⁹CIDA, Idem, p. 97-98.

médias.

4) de 200 hectares em diante: propriedades multifamíliares grandes ou latifúndios.

Estes tamanhos de classe de propriedade determinados com base no Censo Agrícola de 1950, também foram usados pelo CIDA em 1960, por não dispôr dos dados completos deste último Censo. Evidentemente, o tamanho das propriedade rurais determinado segundo essa classificação, sofre variações no tempo e no espaço, e o fato é que um ou mais estratos de área que hoje está incluso numa classe de minifúndio, daqui a algum tempo pode estar incluído na classe de propriedade familiar, ou o contrário, sendo portanto, sensível às variações do número de estabelecimento, área e a população ligada ao trabalho agrícola.

São utilizados, neste trabalho, dados de quatro censos para efeito de análise comparativa da evolução das categorias de uso da terra. Em função disto, uma classificação de tamanho das propriedades tendo como ponto de partida os dados de cada censo seria impraticável em virtude da não comparabilidade dos tamanhos por possuírem base de cálculo distinta^{1º}. Neste caso, optou-se por uma única classificação, e a escolhida foi a realizada pelo CIDA para 1950 e 1960.

Obviamente, como toda classificação, esta não está isenta de limitações, em virtude da natureza dos dados e da maneira como foi usada. As limitações dos dados decorrem do fato de que os censos agrícolas não mostram se a mão-de-obra do campo é de ocupação integral ou parcial, criando de alguma forma vie

^{1º}Veja os detalhes desse problema no anexo 1 deste trabalho.

ses na classificação, principalmente no que diz respeito aos minifúndios que, por concentrarem grande parte da mão-de-obra, pode parecer considerados como propriedades familiares ou médias, mesmo porque (como já foi visto), a classificação se baseia no número de pessoas que se supõe estejam ocupadas integralmente a. A outra limitação deriva do fato de se ter usado a classificação feita com base nos dados do censo de 1950 e conduzida para os Censos de 1950 a 1975.

Embora existam tais limitações, algumas vantagens se apresentam, por proporcionar "estimativas aproximadas sobre a ocupação da mão-de-obra agrícola potencial e sobre o uso da terra, que por sua vez refletem em grande parte o atual e o potencial progresso econômico e social da agricultura"¹¹.

Esta classificação será usada principalmente para a análise da evolução do uso da terra. A análise da evolução da distribuição da terra será feita sobretudo através das medidas estatísticas que serão vistas a seguir apoiando-se também na classificação do tamanho por classe de propriedade.

BCME - BIBLIOTECA

4.3 - Modelos estatísticos

4.3.0 - Considerações iniciais

Serão usadas, neste trabalho, duas medidas estatísticas

¹¹CIDA, op. cit., p. 94.

de desigualdade com o fim de identificar o maior ou menor grau da concentração da posse da terra. Uma dessas medidas é o índice de Gini, bastante conhecido como medida de concentração de uma variável, sobretudo a renda, razão de sua grande popularidade. Como medida de concentração de terra, parece ter sido usada pela primeira vez no Brasil por LOURIVAL CÂMARA¹² em 1949. Daí para cá, outros autores¹³ têm usado não só este índice, mas outros tais como, Theil, Pareto e Lorenz com bastante proveito.

A outra medida de desigualdade a ser usada baseia-se na função logística que, apesar de muito conhecida, pouco foi usada como medida de concentração de uma variável. Seu uso como medida de desigualdade foi feito pela primeira vez na Universidade de Ottawa, no Canadá, por CAMILO DAGUM¹⁴ para medir distribuição de renda nos Estados Unidos, Canadá e Argentina.

A opção que se faz pelo uso dessas medidas estatísticas se prende tão somente ao fato de que o índice de Gini é uma medida de desigualdade muito conhecida e de larga aplicação não apenas para medir grau de distribuição de renda, como também de distribuição de terra, e a curva logística, por se constituir ainda numa incôgnita como medida de distribuição de terra, apesar do seu uso como medida da distribuição de renda.

Não se tem conhecimento do uso da curva logística como medida de distribuição de terra no Brasil, embora tenha sido

¹²CÂMARA, Lourival. Concentração da propriedade agrária no Brasil. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 7(77): 516-28, 1949.

¹³Alguns autores são Caldas e Loureiro em 1963, Rodolfo Hoffmann em 1971 e 1975, e outros.

¹⁴DAGUM, Camilo. El modelo Log-logístico Y La distribución del ingreso em La Argentina; In: El trimestre Económico, vol. 44, nº 176, Out/Dez, 1977.

usada em 1977 por JOÃO LUIS MAURITY SABOIA¹⁵ para medir grau de distribuição de renda.

4.3.1 - A curva de Lorenz e o Índice de Gini

A intensidade do grau de concentração da posse da terra pode ser facilmente visualizada através da conhecida e popular curva de Lorenz representada pela figura 1. Nessa figura, tem-se um sistema de duas dimensões, onde o eixo das abcissas mostra as percentagens acumuladas do número de estabelecimentos rurais, e na ordenada, as percentagens acumuladas de área média em hectares.

A diagonal AC, na figura 1, representa uma linha de equidistribuição, isto é, se houvesse uma perfeita distribuição da posse da terra, essa linha mostraria que a percentagem do número de estabelecimentos (E_i ; $i = 1, 2, \dots, n$) equivaleria a igual percentagem de área (A_i ; $i = 1, 2, \dots, n$). Esta seria uma situação de perfeita igualdade que dispensa qualquer comentário.

Uma outra situação, no extremo oposto, é representada pela linha quebrada ABC que mostra uma perfeita desigualdade no sentido de que um único estabelecimento rural se apropria de toda área territorial.

Na verdade, interessa-se pela magnitude das áreas conti

¹⁵ SABOIA, João Luis Maurity. Um novo Índice de concentração de renda aplicação ao estudo da evolução recente da distribuição de renda no Brasil; In: Revista Estudos Econômicos. São Paulo, IPE/USP. 8(2): 66 - 112. Mai/ago, 1977.

das no intervalo dessas duas situações extremas, por se identificar com qualquer situação real. Qualquer distribuição poderá ser normalmente representada por uma curva localizada entre as linhas de perfeita igualdade e de desigualdade máxima, como é o caso da curva AEDC da fig. 1. O grau de desigualdade da distribuição pode ser medido pela área hachuriada S compreendida entre a diagonal AC e a curva AEDC, também chamada de área de desigualdade intermediária.

A razão entre a desigualdade intermediária AEDC e a área do triângulo ABC mede o que convencionalmente se chama de razão de concentração de Gini ou índice de Lorenz, dada pela relação:

$$G = \frac{\text{Área de AEDC}}{\text{Área de ABC}} \quad (1)$$

Da relação (1) é fácil concluir que, se a área de desigualdade intermediária é igual à área do triângulo ABC, isso implica que o índice de Gini é igual à unidade e, nesse caso, se estaria diante de uma situação de máxima desigualdade.

Se não existe área de desigualdade intermediária, isto é, se AEDC é nula, isto significa um índice de Gini nulo, e desta forma, tem-se uma situação de perfeita igualdade.

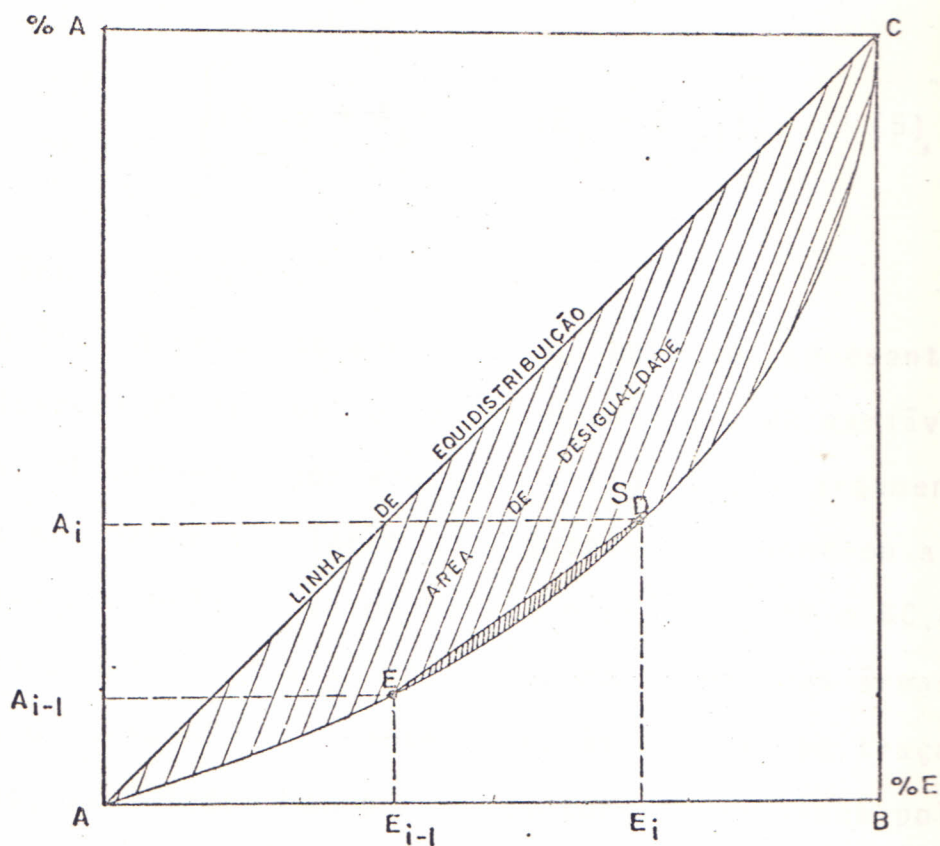
Evidentemente a área de desigualdade intermediária não pode ser maior que a área do triângulo ABC. Portanto, como a área de desigualdade AEDC é menor que a área do triângulo ABC, tem-se um valor compreendido entre duas situações, de zero à unidade, que identificam o campo de variação do índice de Gini. A maior ou menor magnitude do índice de Gini nesse intervalo é que irá fornecer a idéia do maior ou menor grau de concentra

ção da variável em estudo, no caso em questão, a variável ter
ra.

Admitindo que os lados do quadrado da fig. 1 medem uma unidade de medida, fica claro que as áreas dos dois triângulos determinados pela linha de equidistribuição AC são iguais e me de cada uma 0,5 unidades de área. A parte da área do triângulo ABC limitada pela curva AEDC e os eixos AB e BC corresponden tes à área AEDCB pode ser calculada pelo somatório dos trapêzi os que a se pode dividir. A área de cada trapêzio é dada por:

Figura 1. Curva de Lorenz

BCME BIBLIOTECA



$$S_i = \frac{(A_{i-1} + A_i)}{2} (E_{i-1} - E_i) \text{ sendo } i = 1, 2, 3, \dots, n$$

como: $S_{(ABC)} = 0,5 \quad (2) \text{ e } S_{(AEDCB)} = \frac{n}{\sum_{i=1}^n S_i}$ Si, então,

$$G = 0,5 - \frac{n}{\sum_{i=1}^n S_i} \quad (3).$$

Substituindo (2) e (3) em (1) obtêm-se a relação,

$$G = \frac{0,5 - \frac{n}{\sum_{i=1}^n S_i}}{0,5} \quad (4)$$

Dando finalmente,

$$G = 1 - \frac{n}{\sum_{i=1}^n \left[(A_{i-1} + A_i) (E_i - E_{i-1}) \right]} \quad (5),$$

que é o Índice de Gini.

O Índice proposto por Gini, no entanto, apresenta algmas limitações no tocante à real concentração da variável a ser estudada. Observe-se, por exemplo, a fig. 1 e os argumentos usados para se chegar à relação (5). Quando se encontrou a área AEDCB limitada pela curva de Lorenz e os eixos AB e BC, ela foi dada pelo somatório dos n trapézios em termos das áreas componentes da área AEDCB. Acontece, porém, que ao se traçarem os trapézios, seus lados não paralelos formam uma linha poligonal não coincidente com a curva de Lorenz. Dado que esta poligonal

tem como envolvente a curva de Lorenz, o índice de Gini, subestima a real distribuição.

Algumas tentativas têm sido feitas no sentido de, se não eliminar, pelo menos, minimizar a subestimação do índice de Gini. Uma delas¹⁶ tem sido estimá-lo através do ajustamento da função potência $y = ax^b$ à linha poligonal quebrada que de alguma forma reduz a subestimação da área de desigualdade da figura 1. Neste trabalho não serão usadas estas modificações no índice de Gini em virtude do baixo ganho relativamente ao índice real, além de envolver sofisticação econométrica que foge aos reais objetivos desse estudo.

4.3.2 - A curva logística

O formato das curvas de distribuição da terra, a exemplo das curvas de distribuição da renda, apresenta-se de uma maneira geral bastante assimétrica. A distribuição log-normal assume este tipo de comportamento assimétrico e, por isso mesmo, tem sido sugerida como adequada para medir concentração não só da variável renda, mas também de qualquer variável que apresente comportamento semelhante.

A importância da variável log-normal para medir concentração de uma variável se prende ao fato de poder ser transfor

¹⁶Veja HOFFMANN, Rodolfo. Contribuição à análise da distribuição de renda e da posse da terra no Brasil. Piracicaba, ESALQ, 1971 (tese para obtenção do título de Livre-Docência).

mada numa variável normal através de transformação logarítmica.

Para efeito de estudo comparativo da evolução de distribuição de renda (e que se aplica para terra), é necessária a padronização de curva normal, pondo como variável dependente no eixo das ordenadas a proporção de estabelecimentos com área inferior a A . (fig. 3), ao invés do número absoluto de estabelecimentos como mostra a fig. 2. Esta transformação torna-se importante por evitar que a situação representada pela curva da fig. 2 sofra transformações no tempo oriundas da variação do número de estabelecimento¹⁷.

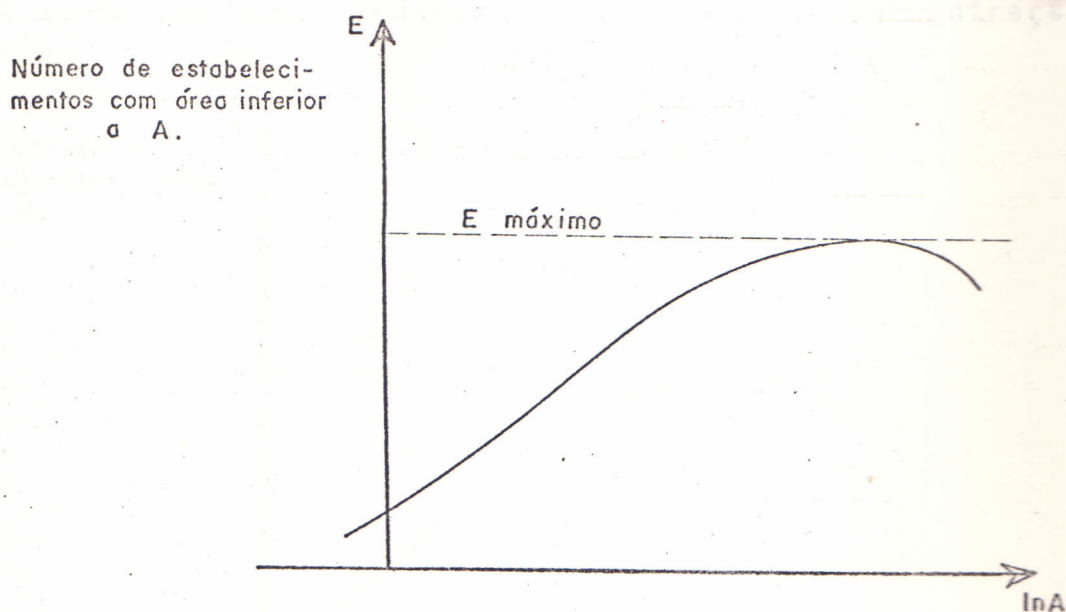


Fig. 2 - Distribuição cumulativa dos estabelecimentos pelas diversas faixas logaritimadas.

¹⁷SABÓIA, op. cit., p. 71-73.

A função logística de Pearl representada pela relação,

$$Y = \frac{1}{1 + \alpha e^{-\beta X + \epsilon_i}} \quad (1) \text{ se ajusta muito bem à curva da figura 3.}$$

Nesta função, os parâmetros α e β são positivos e respondíveis pelo formato da curva num sistema de duas dimensões $X = \ln A$, isto é, o logaritmo natural da área A e Y , a proporção de estabelecimentos rurais com área inferior a A ¹⁸.

Mais especificamente, o parâmetro α se incumbe da posição da curva no sistema de duas dimensões e varia positivamente em relação à área média dos estabelecimentos agrícolas; o parâmetro β determina em parte a inclinação da curva e varia em função da distribuição da área recenseada pelos estabelecimentos agrícolas e, sua medida reflete o grau de concentração da

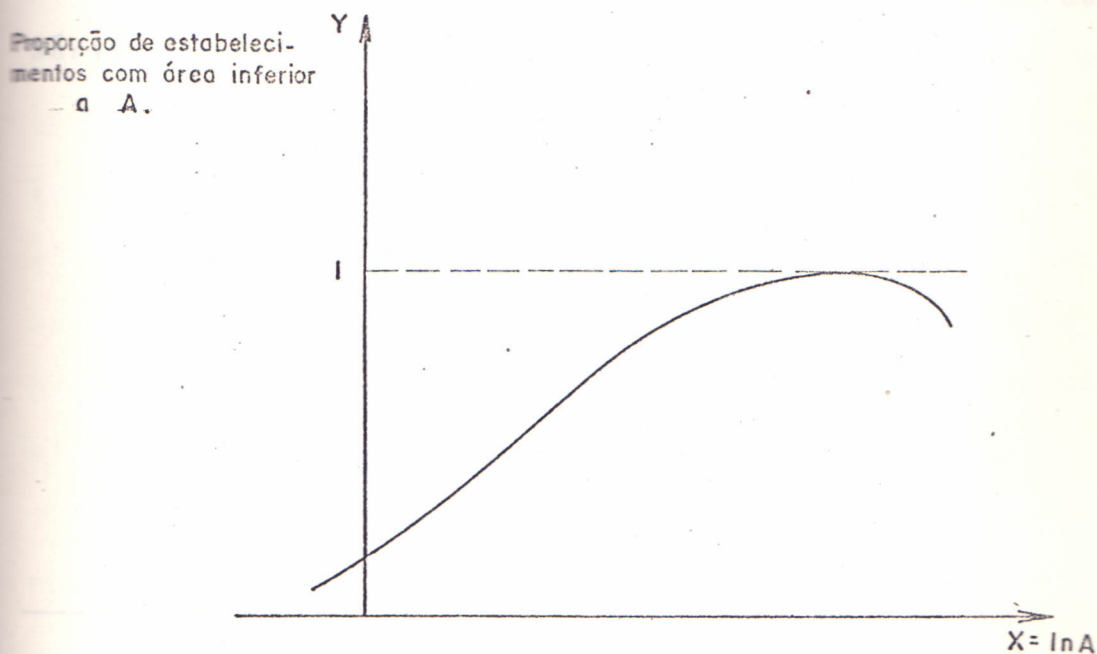


Fig. 3 - Distribuição cumulativa dos estabelecimentos rurais diversas faixas de área logaritimada.

¹⁸SABÓIA, op., cit., p. 73.

variável em estudo, que no caso em pauta é o tamanho dos estabelecimentos rurais medido em hectares de terra.

O campo de variação do parâmetro β é de zero ao infinito. Se β tende para o infinito, isso significa um extremo de perfeita igualdade. A desigualdade máxima se dá no caso de tendência da β para zero.

A estimação da função logística é em geral concretizada através da sua linearização por meio da aplicação de logaritmo à variável transformada, isto é, dada a função logística,

$$F(x) = \frac{1}{1 + \alpha e^{-\beta x + \epsilon_j}} \quad (2)$$

$$\text{temos, } Y_j = \ln \frac{F(x)}{1 - F(x)} = \ln \frac{1}{\alpha e^{-\beta x + \epsilon_j}} \quad (3) \text{ ou}$$

$$Y_j = -\ln \alpha + \beta x_j + \epsilon_j \quad (4).$$

Estima-se a função (4) pelo método dos mínimos quadrados ordinários¹⁹.

¹⁹Maiores detalhes sobre a estimação de uma regressão linear simples, veja, por exemplo, KMENTA, jan. Elementos de econometria. São Paulo, Atlas, 1978, parte 2, cap. 7

5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.0 - Evolução da distribuição da terra de 1920 a 1975

5.0.0 - Composição percentual dos estabelecimentos e área por classes de propriedade

A tabela 5 apresenta os percentuais de área e estabelecimentos rurais por classe de propriedade desde 1940¹ até 1975.

Os estabelecimentos de até 5 hectares (aqui chamados minifúndios) representam mais de 50% do total dos recenseados de cada um dos 5 períodos considerados, passando de 54,4%, em 1940, para quase 70%, em 1975; por outro lado, o percentual de área controlada é insignificante, variando entre 4 e 4,7% de 1940 a 1960, e de 5,3 a 5,6% de 1970 a 1975. Em contrapartida, os estabelecimentos de mais de 200 hectares (latifúndios) ocupam quase metade das terras, embora representem parcela ínfima do total de propriedades em cada período.

É interessante notar que, apesar do crescimento do número de minifúndios, a evolução da área média tem caído, pas

¹Em virtude de a estratificação da área do Censo de 1920 não permitir comparações com os demais censos, não foi possível fazer uma análise da evolução da distribuição da terra por classe de propriedade a partir dessa data.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA, ESTABELECIMENTO E ÁREA MÉDIA POR CLASSES DE PROPRIEDADES EM SERGIPE DE 1940 A 1975

CLASSES DE PROPRIEDADE	1940			1950			1960			1970			1975		
	PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS	PERCENTUAL DE ÁREA	ÁREA MÉDIA	PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS	PERCENTUAL DE ÁREA	ÁREA MÉDIA	PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS	PERCENTUAL DE ÁREA	ÁREA MÉDIA	PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS	PERCENTUAL DE ÁREA	ÁREA MÉDIA	PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS	PERCENTUAL DE ÁREA	ÁREA MÉDIA
I	54,4	4,7	2,2	53,0	4,0	2,0	59,1	4,7	1,8	67,4	5,3	1,4	69,2	5,6	1,4
II	37,3	22,2	15,0	37,7	23,2	16,0	33,1	23,4	16,0	26,3	23,3	16,2	25,5	23,4	16,4
III	6,2	24,1	98,3	7,0	26,1	97,6	5,8	24,6	95,5	4,8	25,0	94,2	4,7	25,2	95,4
IV	2,1	49,0	563,0	2,3	46,7	516,1	2,0	47,3	550,4	1,5	46,4	546,8	1,4	45,8	554,6
TOTAL	100,0	100,0	25,2	100,0	100,0	26,0	100,0	100,0	22,6	100,0	100,0	18,7	100,0	100,0	17,8

FONTE: Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960

Censos Agropecuários de 1970 e 1975

- I - Propriedades tipo subfamiliar ou minifúndios
- II - Propriedades tipo familiar
- III - Propriedades tipo multifamiliares médias
- IV - Propriedades tipo multifamiliares grandes ou latifúndios

sando de 2,2 ha em 1940 para 1,4 ha em 1975. Essa redução, ao que tudo indica, é principalmente oriunda da desintegração da área dos minifúndios existentes gerando novos minifúndios com menores superfícies.

Ao contrário dos minifúndios, o percentual de propriedades na categoria de latifúndios tem decrescido ao longo do período em análise, passando de 2,1% em 1940, para 1,4% em 1975. Embora tenha havido também uma queda na área média a exemplo dos minifúndios, o fato é que em 1940 a área média dos latifúndios era 255 vezes a dos minifúndios, passando para 258 em 1950, 306 em 1960, 391 em 1970 e 396 vezes em 1975.

Esses dados mostram a grande importância do binômio latifúndio-minifúndio refletindo-se em uma alta concentração da terra, bem como no seu agravamento ao longo dos últimos 45 anos. Conclui-se, desta forma, que não se pode esperar que a estrutura agrária sergipana se torne mais igualitária como um processo natural de desintegração das grandes propriedades. Somente uma reforma agrária abrangente tanto em termos de distribuição, como de uso da terra, poderá levar a uma melhora substancial da estrutura agrária desigual e persistente.

5.0.1 - Grau de concentração: Uma análise global

Os índices de Gini, estimados com base nos Censos de 1920 a 1975 e nos cadastros do INCRA de 1972 e 1976, apresentam a magnitude do grau de concentração da terra no Estado ao

ANO	NÚMERO DE CLASSES UTILIZADAS		ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO					
	NA	ESTIMACÃO	GINI	CURVA LOGÍSTICA				
				$\ln \hat{\alpha}$ (1)	$\hat{\beta}$ (2)	R^2 (3)	\bar{R}^2 (4)	F (5)
1920	6		0,825	8,975 (3,746) ⁽⁶⁾	2,086 (6,226)	0,906	0,883	38,765
1940	13		0,806	2,368 (7,050)	1,357 (22,498)	0,976	0,974	506,175
1950	14		0,808	2,566 (5,277)	1,346 (16,039)	0,955	0,951	257,258
1960	14		0,826	1,874 (6,658)	1,241 (26,311)	0,982	0,981	692,303
1970	15		0,850	1,589 (4,337)	1,253 (20,185)	0,969	0,967	411,623
1972	14		0,792	2,866 (7,587)	1,385 (20,297)	0,971	0,969	411,970
1975	15		0,853	1,642 (6,213)	1,218 (22,165)	0,992	0,988	590,431
1976	14		0,788	3,011 (7,682)	1,393 (20,623)	0,972	0,970	425,350

FONTE: Censos Agrícolas de 1920, 1940, 1950 e 1960
 Censos Agropecuários de 1970 e 1975
 Cadastros do INCRA de 1972 e 1976

- (1) Estimador dos mínimos quadrados de $\ln \hat{\alpha}$
 (2) Estimador dos mínimos quadrados de $\hat{\beta}$
 (3) Coeficiente de determinação
 (4) Coeficiente de determinação corrigido
 (5) Estatística F

(6) Os números entre parênteses são as estatísticas t, todos significantes ao nível de 1% com exceção de $\hat{\alpha}$ para a década de 1920 que foi significativa ao nível de 2,5%.



longo do período. Como se pode observar, o valor do Índice, depois de cair no período de 1920² para 1940, começa a crescer atingindo 0,853 em 1975 (tabela 6). Como se depreende dos dados do cadastro do INCRA, os Índices de Gini apresentam-se com valores menores do que quando normalmente estimados com os dados dos censos agrícolas e agropecuários. Grande parte dessa diferença pode ser explicada, provavelmente, pela diversidade de métodos usados nos levantamentos pelo IBGE e INCRA. Um outro fator que pode também justificá-la é a subestimação de área da unidade de levantamento do INCRA, em consequência da tentativa de sonegação do imposto territorial rural (ITR) pelos proprietários que não informam a real magnitude³ da área dos seus imóveis, fato este, que não acontece (ou pelo menos acontece com menor frequência) para o caso da unidade de pesquisa do IBGE.

BCME - BIBLIOTECA

Considerando-se a classificação feita por CÂMARA⁴, pode-se afirmar que a concentração da terra em Sergipe continua sendo forte a muito forte ao longo do período de 1920 a 1975, com uma tendência gradual a atingir uma concentração muito forte e absoluta.

O índice β , em 1920, se apresentou com maior valor se

²O valor do Índice de Gini estimado para o período de 1920 não merece muita confiança em virtude de terem sido usadas para sua estimação apenas seis informações.

³Certa ocasião, em diálogo com três proprietários de terra, foi perguntado se a área física declarada para fins de cadastro do INCRA correspondia à área física real de suas propriedades; dois afirmam que não, tendo um inclusive declarado que dos 850 hectares que possuía somente 550 hectares eram cadastrados.

⁴CÂMARA, op. cit. p.

comparado aos demais períodos, demonstrando assim, um grau de concentração muito baixo quando contejado com o índice de Gini. No entanto, este resultado deve ser observado com certa cautela em virtude de haver apenas quatro graus de liberdade no processo de estimação.

Nos demais períodos, o índice β apresenta mais ou menos o mesmo comportamento do índice de Gini, confirmando, assim, a natureza da concentração.

5.1 - Posse da terra em Sergipe, de acordo com sua condição legal em 1970 e 1975

5.1.0 - Composição percentual das categorias por classe de propriedade

Como já foi visto no capítulo sobre aspectos metodológicos, os Censos agropecuários de 1970 e 1975 investigaram a composição dos estabelecimentos agrícolas segundo a condição legal das terras, caracterizando-as em próprias, arrendadas e ocupadas. Uma outra categoria discriminada pelos censos refere-se aos estabelecimentos mistos formados por combinações das categorias acima citadas.

Os estabelecimentos formados por terras próprias, como era de se esperar, constituem quase 74% do total de estabelecimentos recenseados nos dois períodos e ocupam mais de 95% da área total, restando apenas 5% que são distribuídos entre

as outras categorias, sobressaindo os estabelecimentos com terras ocupadas (tabela 7).

Tabela 7 - Participação percentual do número de estabelecimentos e área ocupada de acordo com a condição legal das terras de Sergipe em 1970 e 1975.

Condição legal das terras	1970		1975	
	Percentual de estabelecimento	Percentual de área	Percentual de estabelecimento	Percentual de área
Próprias	73,7	95,2	73,7	96,0
Arrendadas	13,0	1,2	9,0	1,2
Ocupadas	12,5	2,5	15,7	1,6
Mistas	0,8	1,1	1,6	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

De acordo com a tabela 8, em 1970, a área média dos latifúndios constituídos por terras próprias era 321 vezes a área média dos minifúndios e 553 e 586 vezes a área média dos minifúndios nas terras arrendadas e ocupadas, respectivamente. Estes números caíram significativamente em 1975 para as terras arrendadas e ocupadas e aumentaram com relação às terras próprias.

A maior parte dos estabelecimentos compostos por terras arrendadas ou ocupadas são minifúndios, enquanto os percentuais de estabelecimentos de tamanho médio e dos lati

PROPRIEDADES EM SERGIPE DE 1970 A 1975

ANO E CLASSE DE PROPRIEDADE	PRÓPRIAS			ARRENDADAS			OCUPADAS		
	PERCENTUAL ESTABELECIMI ENTOS	PERCENTUAL DE ÁREA	ÁREA MÉDIA DOS ESTABE LECIMENTOS	PERCENTUAL ESTABELECIMI ENTOS	PERCENTUAL DE ÁREA	ÁREA MÉDIA DOS ESTABE LECIMENTOS	PERCENTUAL ESTABELECIMI ENTOS	PERCENTUAL DE ÁREA	ÁREA MÉDIA DOS ESTABE LECIMENTOS
1970									
I	58,0	4,3	1,7	97,8	44,6	0,7	92,0	23,8	0,9
II	33,6	23,5	16,4	1,9	14,0	12,7	7,0	24,4	13,9
III	6,4	25,5	94,3	0,2	13,7	95,4	8,8	17,3	88,7
IV	2,0	44,7	546,3	0,1	27,7	387,4	0,2	34,5	527,8
TOTAL	100,0	100,0	23,6	100,0	100,0	1,7	100,0	100,0	3,7
1975									
I	59,0	4,4	1,7	97,8	36,2	0,8	95,2	48,3	0,9
II	32,8	23,3	16,5	1,9	9,4	11,5	4,6	28,3	11,5
III	6,2	25,7	95,3	0,1	8,4	117,8	0,2	13,0	98,3
IV	2,0	46,6	553,3	0,1	46,0	192,2	*	10,4	389,1
TOTAL	100,0	100,0	23,2	100,0	100,0	2,3	100,0	100,0	1,8

FONTE: Censos Agropecuários de 1970 e 1975

* - Inferior a 0,1.

fúndios são insignificantes, porém ocupam grande parcela da área recenseada desta categoria, sobretudo as terras arrendadas, onde os latifúndios, que em 1970 ocupavam 44% da área total da categoria, passaram a ocupar 46% em 1975, sem, contudo, haver alteração no percentual de estabelecimentos (tabela 8).

E interessante notar que, com exceção dos latifúndios, o controle de área das terras arrendadas por parte das outras três classes caiu no período analisado, apesar de o percentual de estabelecimento ter-se mantido mais ou menos constante.

As terras ocupadas, por sua vez, apresentam comportamento contrário. Como era de esperar, a área recenseada está sob controle principalmente de minifúndios e propriedades familiares que detêm quase a totalidade dos estabelecimentos, aumentando esses números de 1970 para 1975 sobretudo no que diz respeito aos minifúndios.

Esses resultados indicam que a distribuição da posse da terra é mais desigual para as propriedades formadas de terras arrendadas.

As propriedades médias e os latifúndios da categoria de terras arrendadas geralmente são constituídas de pastagens naturais ou artificiais que, dado o sistema de criação extensiva, ocupam relativamente grandes áreas de terras, sendo contudo menos frequente e ocorrendo apenas em determinadas regiões onde, em virtude de períodos de seca, os criadores se tornam obrigados a arrendar pastagens por determinados períodos com o fim de fugir a estas intempéries sazonais.

A maior incidência de minifúndios e propriedades familiares constituídas de terras arrendadas é oriunda da prática

de agricultura de subsistência, que pela natureza de sua exploração, utiliza pequenas áreas de roçado⁵. Como se pode observar, o percentual de área de terras arrendadas nos minifúndios, propriedades familiares e até mesmo as propriedades médias vem caindo. Os motivos desta situação serão discutidos posteriormente, ainda neste capítulo, no item sobre evolução do uso da terra.

BCME - BIBLIOTECA

5.1.1 - O grau de concentração de acordo com a condição legal

O grau de concentração da terra no Estado de Sergipe, de acordo com as três categorias de condição legal, está visualizado na tabela 9 através dos índices de Gini e o β logístico estimados para os anos de 1970 e 1975.

Como se pode notar, os valores do Índice de Gini mostram uma maior concentração da posse da terra para os estabelecimentos constituídos de terras arrendadas em 1970, acentuada em 1975. O segundo maior grau de concentração da terra em 1970 se verificou nos estabelecimentos formados de terras ocupadas, caindo bastante nos cinco anos seguintes. Estes indicadores estatísticos vem mais uma vez confirmar as conclusões tiradas da tabela 8 de que realmente existe uma maior concen

⁵⁰ roçado representa atividade típica dos pequenos agricultores de subsistência. A "roça", como é chamada pelos nordestinos, é área de terra cultivada de forma primitiva onde os "roceiros" cultivam diversos gêneros de subsistência de forma consorciada tais como milho, feijão, arroz, mandioca, etc.

TABELA 9 - INDICES DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA EM SERGIPE, DE ACORDO COM SUA CONDIÇÃO LEGAL EM 1970 E 1975

ANO E CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	NÚMERO DE CLASSES USADAS NA ESTIMACÃO	ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO					
		GINI	CURVA LOGÍSTICA				
			$\ln \hat{\alpha}$ (1)	$\hat{\beta}$ (2)	R^2 (3)	R^2 (4)	F (5)
1970							
- Próprias	14	0,823	2,081* (5,608) ⁽⁶⁾	1,288* (20,110)	0,971	0,968	404,414
- Arrendadas	10	0,850	-1,398 (-2,299)	1,202* (7,984)	0,888	0,874	63,757
- Ocupadas	12	0,848	-0,288 (-0,957)	1,216* (19,976)	0,975	0,973	399,068
1975							
- Próprias	14	0,827	2,001* (5,339)	1,274* (19,736)	0,970	0,967	389,533
- Arrendadas	10	0,860	-1,484 (-2,259)	1,163* (7,178)	0,865	0,848	51,536
- Ocupadas	10	0,774	-0,321 (-0,525)	1,457* (9,580)	0,919	0,909	91,790

FOHTE: Censos Agropecuários de 1970 e 1975

(1) Estimador dos mínimos quadrados de $\ln \hat{\alpha}$

(2) Estimador dos mínimos quadrados de $\hat{\beta}$

Este valor representa o índice de concentração estimado

(3) Coeficiente de determinação

(4) Coeficiente de determinação corrigido

(5) Estatística F

(6) Os números entre parênteses representam as estatísticas t.

* - Significantes ao nível de 1%.

tração da terra nos estabelecimentos formados de terras arrendadas e ocupadas em relação as terras próprias.

Os valores do coeficiente β apresentam a mesma tendência do Índice de Gini tanto em relação às categorias de condição legal da terra, quanto às mudanças no período considerado.

Em 1970, a exemplo do que ocorreu para o Índice de Gini, o maior grau de concentração da posse da terra se verificou nos estabelecimentos compostos por terras arrendadas havendo uma piora em 1975, mas permanecendo com o maior grau de concentração com relação às categorias de terras próprias e ocupadas (tabela 9).

A magnitude de α é afetada pelo tamanho médio dos estabelecimentos, de modo que o fato de sua estimação para as terras arrendadas e ocupadas ter sido negativo se justifica em virtude de tanto o número de estabelecimentos quanto seu tamanho médio ter sido muito baixo em relação aos estabelecimentos constituídos de terras próprias (tabelas 8 e 9).

BCME - BIBLIOTECA

5.2 - Distribuição da terra por microrregiões homogêneas

5.2.0 - Caracterização das microrregiões

Desde 1940 a divisão da área recenseada de cada Estado brasileiro era feita pelo IBGE através de "zonas fisiográficas" levando-se em consideração apenas como aspectos signifi

cativos para esse procedimento os fatores geográficos e fisiográficos.

A partir de 1970, foi determinado o conceito de espaço homogêneo como forma de organização da produção. Neste sentido, foram levados em conta para efeito de estruturação das áreas homogêneas não somente aspectos físicos e geográficos, mas também aspectos econômicos e sociais⁶.

"Subsidiaram esses estudos de regionalização diversas investigações complementares e especiais, tais como as de determinação de domínios ecológicos, áreas de população, regiões agrícolas, atividades industriais, infra-estrutura dos transportes, e atividades terciárias não polarizadas"⁷.

Os Estados da Federação foram, desta forma, divididos em microrregiões homogêneas, em número variável em função dos aspectos já discutidos. O Estado de Sergipe, por exemplo, nos dois últimos censos agropecuários, foi dividido em oito.

A tabela 10 apresenta alguns indicadores a partir dos dados de 1970, que dão uma idéia da importância de cada uma das oito microrregiões dentro do contexto estadual.

Embora apresente a menor participação na formação da renda interna do setor agrícola, o Litoral Sul Sergipano contribui com mais da metade da formação da renda interna do Estado, sendo essa renda gerada em sua maior parte pelos setores industrial e de serviços. As demais microrregiões, ao con

⁶FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Renda interna por microrregiões homogêneas no Brasil. Rio de Janeiro, 1977, p. 2.

⁷Idem, p. 3.

TABELA 10 - CARACTERIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SERGIPE EM 1970

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA ÁREA RECENSEADA TOTAL	RENDA PER- CAPTA ANUAL A PREÇOS DE 1970 Cr\$	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA RENDA TOTAL DE CADA SETOR E NO TOTAL DA RENDA INTERNA			
			RENDA INTERNA TOTAL	RENDA DO SETOR AGRÍCOLA	SETOR INDUSTRIAL	SETOR DE SERVIÇOS
- Sertão Sergipano do São Francisco	23,2	282,7	2,9	5,4	0,3	2,7
- Propriã	5,6	471,4	6,2	8,1	8,0	5,1
- Nossa Senhora das Dores	22,0	343,6	7,2	17,0	1,8	5,3
- Cotinguiba	10,0	576,1	8,4	15,5	15,3	5,2
- Agreste de Itabaiana	4,8	458,8	6,5	11,5	2,4	5,7
- Agreste de Lagarto	15,7	404,8	10,6	22,4	3,6	8,4
- Sertão do Rio Real	11,2	253,1	2,2	16,7	0,8	2,3
- Litoral Sul Sergipano	7,5	1.138,3	56,2	3,4	67,8	65,3
T O T A L	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0

FORNTE: IBGE - Censo Agropecuário de 1970.

FGV - Fundação Getúlio Vargas

trário, são essencialmente agrícolas, participando cada uma significativamente na formação da renda interna deste setor, com destaques especiais para as microrregiões do Agreste de Lagarto, Nossa Senhora das Dores e o Sertão do Rio Real.

Convém lembrar que, em virtude de a Capital do Estado estar localizada na microrregião do Litoral Sul Sergipano, essa microrregião assumiu as características já descritas, distinguindo-a das demais.

A Cotinguiba aparece em segundo plano em importância vital na formação da renda interna do setor industrial por causa da agro-indústria açucareira que aí se desenvolve.

O Sertão Sergipano do São Francisco, apesar de possuir o maior percentual de área recenseada em relação às outras microrregiões, é uma das microrregiões mais pobres do Estado, seguida do Sertão do Rio Real, embora esta última participe na formação da renda interna do setor agrícola e industrial três vezes mais, mesmo possuindo menos da metade da área física recenseada no período.

Admitindo-se que a renda per capita dá uma idéia geral do grau de desenvolvimento da economia de cada uma das microrregiões, conclui-se que o Sertão do Rio Real e o Sertão Sergipano do São Francisco são as duas microrregiões mais pobres do Estado, além de apresentarem menor participação na formação da renda interna total do Estado. Em situação contrária aparece o Litoral Sul Sergipano com a maior renda per capita no cômputo geral em relação às demais microrregiões.

5.2.1 - Composição dos estabelecimentos por faixa de área

Na impossibilidade de utilizar a classificação do CIDA para o caso das microrregiões homogêneas, repartimos os estabelecimentos em quatro grupos de tamanho de propriedade objetivando dar uma melhor visão do comportamento da distribuição da terra em 1970 e 1975.

A tabela 11 apresenta a composição do número de estabelecimentos e da área em 1970 e 1975 para cada uma das microrregiões homogêneas.

De um modo geral, a área física de cada uma delas concentra-se, em sua maior parte, nos estabelecimentos de 100 a 1000 hectares apesar de o percentual do número de propriedades que ocupa essa área ser bastante pequeno quando comparado com os estabelecimentos de até 10 hectares que representam a quase totalidade das propriedades agrícolas desta classe. Os estabelecimentos rurais com mais de 1000 hectares, por sua vez, representam parcela insignificante (o que era de esperar, devido à pequena área física do Estado e, por conseguinte, das microrregiões) embora controlem maior percentual de área em relação às propriedades de até 10 hectares.

A distribuição da terra em cada microrregião pouco se modificou ao longo do período de 1970 a 1975, apresentando, na maioria, uma tendência a maior concentração. A microrregião do Sertão do Rio Real, por exemplo, teve nesse período, a área das propriedades de até 100 hectares reduzida, conquanto o percentual de estabelecimentos tivesse permanecido constante, fa

TABELA 11 - COMPOSIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DA ÁREA INTRA MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SERGIPE EM 1970 E 1975

MUNICÍPIO E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	MENOS DE 10 ha		DE 10 A 100		DE 100 A 1000		MAIS DE 1000		TOTALS
	PERCENTUAL	PERCENTUAL	PERCENTUAL	PERCENTUAL	PERCENTUAL	PERCENTUAL	PERCENTUAL	PERCENTUAL	
	DE ESTABE- LECIMENTOS	DE ÁREA	DE ESTABE- LECIMENTOS	DE ÁREA	DE ESTABE- LECIMENTOS	DE ÁREA	DE ESTABE- LECIMENTOS	DE ÁREA	
1970									
Sertão Sergipano do S. Francisco	45,7	3,2	45,5	31,8	8,4	43,0	0,4	22,0	100,0
Propriã	83,4	11,0	14,2	30,4	2,3	39,5	0,1	19,1	100,0
Nossa Senhora das Dores	78,1	9,0	18,7	36,3	3,0	46,0	*	8,7	100,0
Cotinguiba	76,0	5,6	17,5	19,8	6,0	57,5	*	17,3	100,0
Agreste de Itabaiana	92,3	26,8	7,0	24,5	0,7	28,5	*	20,2	100,0
Agreste de Lagarto	84,0	15,5	13,8	30,0	2,1	43,0	0,1	11,5	100,0
Litoral Sul Sergipano	84,8	9,4	12,2	21,6	2,7	41,6	0,3	27,4	100,0
Sertão do Rio Real	56,5	11,5	40,8	55,8	2,6	30,5	*	2,2	100,0
1975									
Sertão Sergipano do S. Francisco	59,5	4,4	33,7	32,6	6,5	44,0	0,3	19,0	100,0
Propriã	78,7	9,0	18,2	27,8	3,0	36,7	0,1	26,5	100,0
Nossa Senhora das Dores	79,2	8,8	17,5	34,8	3,0	48,0	*	8,4	100,0
Cotinguiba	81,7	6,0	13,2	17,3	5,0	63,2	0,1	13,5	100,0
Agreste de Itabaiana	92,3	27,5	7,0	27,4	0,6	21,4	*	23,7	100,0
Agreste de Lagarto	82,0	14,8	15,7	30,0	2,2	42,4	0,1	12,8	100,0
Litoral Sul Sergipano	82,8	8,4	14,0	20,6	3,0	41,0	0,2	30,0	100,0
Sertão do Rio Real	61,2	12,2	36,1	54,7	2,6	27,7	*	5,4	100,0

FONTE: Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

* - Inferior a 0,1

to este verificado também nos estabelecimentos de 100 a 1000 hectares. Por sua vez o controle de área por parte do insignificante percentual de estabelecimentos com mais de 1000 hectares, foi aumentado de 2,2 para 5,4% no mesmo período. Considerando-se ter havido nesse período um incremento na área recenseada da microrregião, fica claro que quem se beneficiou deste incremento foi esta última classe de propriedade.

O Agreste de Itabaiana, por outro lado, apresenta uma desconcentração da terra no período considerado, o que a distingue das demais microrregiões. Os estabelecimentos de tamanho até 10 e de 10 a 100 hectares tiveram suas áreas incrementadas durante o período considerado apesar de seu número ter permanecido constante. Já os estabelecimentos de 100 a 1000 hectares tiveram sua área reduzida, muito embora os maiores que 1000 ha sofressem no mesmo período um ligeiro acréscimo.

5.2.2 - Grau de concentração por microrregiões

Examinando os valores dos Índices de Gini referentes a 1970 para cada uma das microrregiões, observa-se que os menores são verificados no Sertão do Rio Real e Sertão do São Francisco. Nas demais microrregiões houve um comportamento mais ou menos semelhante, com destaques especiais para o Litoral Sul Sergipano e a Cotinguiba que apresentaram os maiores Índices de concentração (tabela 12).

TABELA 12 - ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA EM SERGIPE, DE ACORDO COM AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS EM 1970 E 1975

ANO E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	NÚMERO DE CLASSES USADAS NA ESTIMAÇÃO	GINI	ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO				
			CURVA LOGÍSTICA				
			$\ln \hat{a}$ (1)	$\hat{\beta}$ (2)	R^2 (3)	R^2 (4)	F (5)
1970							
- Sertão Sergipano do São Francisco	13	0,778	3,778* (6,016) ⁽⁶⁾	1,306 (13,995)	0,946	0,941	195,864
- Propriã	12	0,876	0,974** (1,862)	1,166 (10,580)	0,917	0,909	111,921
- Nossa Senhora das Dores	12	0,854	1,522* (2,448)	1,316 (10,462)	0,916	0,908	109,470
- Cotínguiba	12	0,880	1,574** (2,131)	1,175 (7,837)	0,861	0,847	62,209
- Agreste de Itabaiana	12	0,815	0,621*** (1,345)	1,238 (13,191)	0,945	0,940	174,022
- Agreste de Lagarto	12	0,830	1,481* (2,486)	1,330 (10,955)	0,923	0,915	120,029
- Sertão do Rio Real	11	0,662	2,417 (5,366)	1,679 (11,835)	0,939	0,932	140,075
- Litoral Sul Sergipano	13	0,894	1,182* (1,960)	1,158 (11,374)	0,921	0,914	129,387
1975							
- Sertão Sergipano do São Francisco	13	0,800	2,246 (4,217)	1,304 (11,890)	0,927	0,921	141,391
- Propriã	13	0,860	1,319* (2,536)	1,170 (11,929)	0,928	0,921	142,321
- Nossa Senhora das Dores	13	0,860	1,378* (2,774)	1,274 (13,817)	0,945	0,940	190,909
- Cotínguiba	12	0,902	1,122*** (1,483)	1,132 (7,402)	0,845	0,830	54,803
- Agreste de Itabaiana	12	0,814	0,481*** (1,240)	1,239 (15,736)	0,961	0,957	247,636
- Agreste de Lagarto	12	0,825	1,677* (12,734)	1,342 (10,722)	0,919	0,911	114,975
- Sertão do Rio Real	11	0,687	8,011 (4,539)	1,596 (10,800)	0,928	0,920	116,645
- Litoral Sul Sergipano	14	0,895	1,152* (2,788)	1,129 (15,817)	0,954	0,950	251,784

FONTE: Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

(1) - Estimador dos mínimos quadrados de $\ln \hat{a}$

(2) - Estimador dos mínimos quadrados de $\hat{\beta}$.
O valor de $\hat{\beta}$ é a medida de concentração

(3) - Coeficiente de determinação

(4) - Coeficiente de determinação corrigido

(5) - Estatística F

(6) - Os números em parênteses representam as estatísticas t.

* - Significante ao nível de 5%.

** - Significante ao nível de 10%.

*** - Significante ao nível de 25%

OBS.: Os demais tanto $\hat{\beta}$ como \hat{a} são significantes ao nível de 1%.

Confrontando os valores estimados para 1970 e 1975, conclui-se que cinco microrregiões (Sertão Sergipano do São Francisco, Nossa Senhora das Dores, Cotinguiba, Sertão do Rio Real e Litoral Sul Sergipano) apresentam acrêscimos no valor dos seus índices enquanto as outras três apresentaram decrêscimo.

Levando-se em conta a classificação de CÂMARA⁸, pode-se afirmar que a microrregião do Sertão do Rio Real apresenta uma concentração "de média a forte" nos dois períodos. Com exceção apenas da Cotinguiba que se destaca com um grau de concentração "de muito forte a absoluta", as demais possuem grau de concentração "de forte a muito forte".

O coeficiente de concentração β se comportou de maneira idêntica ao índice de Gini para todas as microrregiões, apresentando a mesma tendência de concentração nos dois períodos considerados. Em 1970, as microrregiões de menores índices de concentração foram o Sertão do Rio Real e o Sertão Sergipano do São Francisco com os valores de β em torno de 1,679 e 1,306, respectivamente; já em 1975, houve uma piora em termos de concentração, passando esses coeficientes a atingir o valor de 1,596 e 1,304.

Esses últimos indicadores, a exemplo dos índices de Gini, mostram uma certa estabilidade com tendência à intensidade de na concentração da terra.

Algumas considerações merecem ser feitas a respeito do índice β :

⁸CÂMARA, op. cit., p.

- o ajuste das regressões aos dados foi bastante significativo, uma vez que os coeficientes de determinação variaram de 0,847 a 0,961;

- o Índice β foi estimado para cada microrregião com boa dose de confiabilidade, já que o teste t ao nível de 1% foi significativa.

5.3 - Evolução do Uso da Terra

Dadas as limitações do espaço físico das pequenas propriedades agrícolas, e a grande concentração de pessoas que nelas residem, não é de estranhar que, para conseguir o necessário para a sobrevivência, a terra nessas propriedades agrícolas seja mais intensivamente utilizada que nos estabelecimentos maiores. Desta forma, para estas propriedades, a quantidade de terras agrícolas cultiváveis (dadas as técnicas de produção existentes) e que não estão sendo aproveitáveis é bastante inferior às terras cultivadas com culturas temporárias, permanentes e pastagens plantadas.

Os minifúndios possuem pequenas participações nas terras cultiváveis do Estado, embora essa participação tenha crescido continuamente no período estudado. Enquanto isso, nas propriedades familiares, médias e grandes, essa tendência tem permanecido relativamente constante, com pequenas oscilações ao longo do período. Em 1950, os latifúndios controlavam 46,7% das terras agrícolas cultiváveis do Estado e cultivavam 42,4%,

TABELA 13 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE PROPRIEDADES NO TOTAL DE CADA CATEGORIA DE USO DA TERRA
EM SERGIPE DE 1950 A 1975

ANO E CLASSE DE PROPRIEDADE	ÁREA TO- TAL DAS PROPRIE- DADES	TERRAS INAPRO- VEITÁ- VEIS	TERRAS AGRÍCOLAS							
			TOTAL	TERRAS REALMENTE CULTIVADAS			TERRAS EM DESCANSO E PRODUTIVAS NÃO UTILIZA- DAS	PASTAGENS NATURAIS	MATAS	
				TOTAL (1)	EM LAVOURAS TEMPORÁRIAS	EM LAVOURAS PERMANENTES				PASTAGENS ARTIFI- CIAIS
1950										
I	4,0	4,3	4,0	9,3	18,0	21,0	1,8	3,2	1,5	0,4
II	23,2	23,4	23,1	24,3	30,0	28,3	20,0	30,0	21,7	13,4
III	26,1	24,3	26,2	24,0	21,3	23,3	26,0	29,4	28,0	23,2
IV	46,7	48,0	45,7	42,4	30,7	27,4	52,2	37,4	48,8	63,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	10,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1960										
I	4,7	6,2	4,7	9,2	20,6	16,4	1,7	4,0	3,3	1,0
II	23,4	23,7	23,3	24,5	31,6	26,0	21,3	25,4	25,5	15,3
III	24,6	24,9	24,6	24,3	18,4	22,9	28,4	22,3	26,5	22,0
IV	47,3	45,2	47,4	42,0	29,5	34,7	48,6	48,3	44,7	61,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	10,00
1970										
I	5,3	5,1	5,2	9,0	31,0	19,4	1,6	5,0	2,2	1,4
II	23,3	18,5	23,5	24,1	27,8	26,3	22,7	24,5	23,8	19,0
III	25,0	17,7	25,2	25,2	16,5	21,5	28,2	22,2	27,2	24,2
IV	46,4	58,7	46,1	41,7	24,7	32,8	47,5	48,3	46,6	55,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1975										
I	5,6	13,6	5,4	9,0	30,0	17,5	2,0	6,0	2,1	1,1
II	23,4	26,8	23,2	25,3	28,1	28,7	24,2	30,0	20,0	18,0
III	25,2	18,1	25,4	26,1	15,8	20,0	30,0	22,8	24,9	25,0
IV	45,8	41,5	46,0	39,6	26,1	33,8	43,8	42,2	53,0	55,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Fundação IBGE - Censos Agrícolas de 1950 e 1960
Fundação IBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1975

(1) - No total das terras cultivadas estão incluídas as terras irrigadas para 1960 e 1970.

caindo essa participação em 1975 para 46% e 39,8%, respectivamente; os minifúndios por sua vez ocupavam 4% das terras cultiváveis no mesmo período e cultivavam 9,3% do total das terras agrícolas, havendo, em 1975, um incremento de 1,4% do total nas terras cultiváveis e um ligeiro decréscimo de 0,3% nas terras cultivadas (tabela 13).

Correspondendo à expectativa, o peso maior das terras cultivadas nos minifúndios e propriedades familiares deriva das lavouras temporárias e permanentes, principalmente das primeiras, enquanto nos latifúndios e propriedades médias está nas pastagens plantadas.

A análise da utilização da terra por atividade, em relação ao total de cada classe de propriedade (tabela 14) mostra que a participação percentual da área cultivada em confronto com o total de cada classe de propriedade é inversamente proporcional ao tamanho das propriedades, ou melhor, a intensidade do uso da terra é mais elevada nos minifúndios declinando à medida que o tamanho da propriedade agrícola aumenta.

Essa situação é perfeitamente aceitável dada a escassez de terra em relação à alta concentração de mão-de-obra nos minifúndios. Deste modo, o contingente de trabalhadores que sobrevive em função da terra, utiliza-a de forma mais intensiva em comparação com as propriedades maiores que, por possuírem alta relação hectare/trabalhador (dada naturalmente a técnica de produção), é explorada com menor intensidade.

Uma vez que a intensidade do uso da terra é inversamente proporcional à magnitude do tamanho das propriedades, e par

tindo-se da hipótese de que a melhoria nas técnicas produtivas é de alguma forma positivamente relacionada com o tamanho das propriedades, é natural que a produtividade por unidade de área nos minifúndios e propriedades familiares seja superior às propriedades médias e latifúndios, muito embora, tal não aconteça em relação à mão-de-obra.

Ao longo das últimas quatro décadas e meia houve um substancial aumento de área cultivada nas quatro classes de propriedades agrícolas, principalmente as propriedades médias e latifúndios que em 1950 cultivaram o mesmo percentual de 25% de suas áreas cultiváveis, passando para 49% e 40,4%, respectivamente em 1975. Os minifúndios por sua vez, cultivavam no mesmo período, 62,1% crescendo esse percentual para apenas 72,1% em 1975. Este relativo pequeno acréscimo de área cultivada nesta classe de propriedade parece ser função tanto da baixa incorporação de área recenseada neste período, como da pouca qualidade fértil do solo em decorrência, sobretudo, das técnicas primitivas intensivamente usadas.

O aumento significativo da área cultivada nas quatro classes de propriedades é natural, uma vez que a área recenseada do Estado cresceu de 1,4 para quase 1,9 milhões de hectares neste período. No entanto, chama-se mais uma vez a atenção para o fato de que, se por um lado o aumento da área cultivada nos minifúndios se deu através do crescimento da área de lavoura em proporção superior às pastagens, o contrário ocorreu com as outras classes de propriedades, principalmente os latifúndios que tiveram nas pastagens plantadas a maior componente de área cultivada (tabela 14).

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CATEGORIAS DE USO DA TERRA POR CLASSE DE PROPRIEDADE EM SERGIPE DE 1950 A 1975.

ANO E CLASSE DE PROPRIEDADE	TOTAL	TERRAS INAPROVEITÁVEIS	TERRAS AGRÍCOLAS								
			TOTAL	TERRAS CULTIVADAS			TERRAS NÃO CULTIVADAS				
				TOTAL	EM LAVOURAS TEMPORÁRIAS (1)	EM LAVOURAS PERMANENTES	PASTAGENS PLANTADAS	TOTAL	TERRAS EM DESCANSO	PASTAGENS NATURAIS	MATAS
1950											
I	100,0	7,5	92,5	62,1	44,8	10,7	6,6	30,3	20,5	7,8	2,0
II	100,0	7,2	92,8	28,6	13,1	2,5	13,0	64,2	35,0	19,9	9,3
III	100,0	6,7	93,2	25,2	8,3	1,8	15,0	68,1	30,3	22,9	14,9
IV	100,0	7,4	92,6	24,8	6,6	1,2	17,0	67,8	21,5	22,3	24,0
1960											
I	100,0	5,2	94,8	57,0	38,7	11,2	7,1	37,8	14,0	20,1	3,7
II	100,0	4,0	96,0	33,7	12,0	3,6	18,1	62,3	18,3	33,0	11,0
III	100,0	4,0	96,0	32,8	6,8	3,0	23,0	63,2	15,3	32,7	15,2
IV	100,0	3,7	96,3	28,3	5,6	2,4	20,3	68,0	17,3	28,6	22,1
1970											
I	100,0	5,4	97,3	69,0	46,2	13,7	9,0	28,3	13,2	12,0	3,1
II	100,0	2,3	97,7	42,3	9,7	4,3	28,3	55,4	15,4	30,0	10,0
III	100,0	2,0	98,0	41,6	5,5	3,3	32,8	56,4	13,0	31,6	11,8
IV	100,0	3,6	96,4	37,3	4,7	2,6	30,0	59,1	15,1	29,4	14,5
1975											
I	100,0	6,2	93,8	72,1	46,1	14,2	11,8	21,7	7,5	12,0	2,2
II	100,0	3,0	97,0	51,0	10,4	5,6	35,0	46,0	10,9	26,5	8,6
III	100,0	1,8	98,2	49,0	5,4	3,6	40,0	49,2	7,7	30,5	11,0
IV	100,0	2,3	97,7	40,4	5,0	3,3	32,1	57,3	7,8	35,8	13,7

FONTE: Censos Agrícolas de 1950 e 1960
Censos Agropecuários de 1970 e 1975

(1) Nas lavouras temporárias estão incluídas as terras irrigadas para 1960 e 1970.

O decréscimo do percentual de terras inaproveitáveis, das áreas cobertas com matas e das terras não cultivadas, nas quatro classes de propriedades, mostra que está havendo, de algum modo, uma intensificação no uso da terra.

É interessante observar que o peso das terras não cultivadas que em 1950 se concentravam na categoria das terras em descanso (de maneira uniforme nas quatro classes de propriedades), passa para as pastagens naturais em 1975. Esta redução brusca das terras em descanso e o crescimento das pastagens naturais será discutida posteriormente ainda neste capítulo.

O pequeno crescimento da área de lavoura nas propriedades familiares, e em especial, nas propriedades médias e nos latifúndios, é fruto do desenvolvimento comercial de determinadas culturas temporárias como arroz e cana-de-açúcar e, principalmente, as culturas permanentes coco e laranja (tabela 15).

Os minifúndios, por seu turno, ocupam-se das lavouras temporárias, mais especificamente do roçado que constitui uma atividade básica de subsistência nestas propriedades.

Tem havido uma tendência para substituir as áreas cultivadas com lavouras por pastagens nas quatro classes de propriedades, com maior relevância entre as propriedades médias e os latifúndios. Tanto é assim, que o percentual de área com lavouras não se tem relacionado de maneira direta com a área cultivada incorporada a essas classes de propriedades. Enquanto a área cultivada aumentou durante o período analisado, a área com lavouras caiu e as pastagens cresceram em ritmo acelerado, de modo que uma análise minuciosa da tabela 14 mostra que o crescimento das pastagens tem ocorrido tanto pela incor

TABELA 15 - UTILIZAÇÃO DA TERRA, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA EM PERCENTUAL DA ÁREA UTILIZADA POR CLASSE DE PROPRIEDADE EM SERGIPE DE 1960 A 1975.

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS ESPECÍFICAS	CLASSES DE PROPRIEDADE				TOTAIS
	MINIFÔNDIOS	PROPRIEDADES TI- TIPO FAMILIAR	PROPRIEDADES MULTIFAMILIARES MÉDIAS	MULTIFAMILIARES GRANDES OU LATI FÔNDIOS	
1960					
I - LAVOURAS TEMPORÁRIAS	8,7	32,7	21,9	36,7	100,0
- Roçado ¹	4,0	39,5	26,3	30,2	100,0
- Cana-de-açúcar	0,4	4,2	17,3	78,1	100,0
- Arroz em casca	3,6	13,2	18,5	64,7	100,0
- Fumo	30,2	44,5	14,5	10,7	100,0
- Outras lavouras temporárias	13,9	41,5	22,1	22,5	100,0
II - LAVOURAS PERMANENTES	5,9	16,4	15,7	62,0	100,0
- Laranja	24,2	38,9	26,7	10,2	100,0
- Banana	14,0	52,5	18,5	15,0	100,0
- Coco da Bahia	4,4	12,8	15,2	67,6	100,0
- Outras lavouras permanentes	13,6	18,6	12,4	55,4	100,0
III - PECUÁRIA	0,7	16,1	29,3	53,9	100,0
1975					
I - LAVOURAS TEMPORÁRIAS	14,7	35,6	21,4	28,3	100,0
- Roçado	23,6	41,3	16,6	18,6	100,0
- Cana-de-açúcar	0,8	5,4	11,8	82,0	100,0
- Arroz em casca	9,0	13,7	18,3	59,0	100,0
- Fumo	36,0	53,1	9,3	1,6	100,0
- Outras lavouras temporárias	17,7	42,5	18,6	21,2	100,0
II - LAVOURAS PERMANENTES	7,0	21,7	19,5	51,8	100,0
- Laranja	12,3	29,0	25,2	33,5	100,0
- Banana	17,2	45,2	27,0	10,6	100,0
- Coco da Bahia	4,5	17,8	18,5	59,2	100,0
- Outras lavouras permanentes	20,8	41,8	14,0	23,4	100,0
III - PECUÁRIA	0,9	17,7	28,4	53,0	100,0

FONTE: IBGE, Censo Agrícola de 1960 e Anuário de 1975.

(1) - O roçado é uma atividade típica de subsistência em Sergipe. Sua composição principalmente na região semiárida do Estado é formada pelas culturas temporárias: milho, feijão, algodão e mandioca. Em virtude de deficiência de dados no Censo de 1960, o roçado aí está formado apenas pelas culturas, milho e algodão, e portanto, não é comparável com o roçado de 1975 que contém as quatro culturas já citadas. Em função deste fato, a categoria de outras lavouras temporárias também não é comparável.

poração de novas terras antes não usadas, quanto pela substituição por pastagens de terras que vinham sendo utilizadas em lavouras. Este fenômeno tem ocorrido em todo o Estado, com destaques especiais para algumas microrregiões como Nossa Senhora das Dores, Agreste de Lagarto e o Sertão Sergipano do São Francisco (Anexo 3).

A explicação para esse fenômeno provém de vários fatores complexos que isolados ou conjuntamente agem no sentido de garantir a predominância dessa atividade nas últimas décadas. Um autor⁹ aponta quatro desses fatores: **BCME-BIBLIOTECA**

1 - maiores e mais vantajosos incentivos governamentais de ordem fiscal e creditícia;

2 - maior segurança tanto em função de menores riscos de problemas climáticos, como pela maior facilidade de comercialização, pois os produtos de origem pecuária têm um mercado garantido e em expansão, representado pelas classes de renda média e alta dos centros urbanos;

3 - os baixos custos da exploração pecuária comparados com a lavoura, bem como a capacidade de o rebanho funcionar como reserva de valor nas épocas inflacionárias;

4 - uma forma de valorização das terras, já que um hectare de pastagem vale o triplo da terra bruta, sem beneficiamento, principalmente quando é de baixa fertilidade para a lavoura.

Alguns autores¹⁰ têm apontado o crescente êxodo rural

⁹FIGUEIREDO, Romeu Padilha. Agricultura do Nordeste: Es tudo sobre fatores explicativos dos seus baixos níveis de emprego e renda. Brasília, documento para discussão nº 1, MA/EMBRATER, 1977.

¹⁰SAMPAIO, Yony & FERREIRA, José. Emprego e pobreza rural: uma visão da teoria e aplicação ao caso de Pernambuco. Recife, CME/PIMES, 1977, p.52.

do campo para a cidade como consequência da pecuarização de área de lavouras, sobretudo em decorrência da incorporação das pequenas às médias e grandes propriedades a fim de desenvolver essa atividade. Para o caso especial de Sergipe, não se discute a validade deste argumento; no entanto, não se acredita... que a incorporação dos minifúndios às médias e grandes propriedades venha sendo fator preponderante na explicação do êxodo rural, mesmo porque, se assim fosse, a participação percentual dos minifúndios e das propriedades familiares na área total cultivada do Estado não teria crescido nos últimos quatro recenseamentos, ao mesmo tempo em que a participação das propriedades médias e latifúndios tem permanecido mais ou menos estável (tabela 13).

Os próprios minifúndios e sobretudo as propriedades familiares têm aumentado suas áreas cultivadas através de pastagens, quer pela incorporação de novas terras produtivas que não estavam sendo utilizadas, quer pela substituição de terras de lavouras.

Vê-se assim, que a pecuária tem contribuído de maneira preponderante para a expulsão do homem do campo para os centros urbanos, porque se trata de uma atividade explorada de modo extensivo e, por isso mesmo, com baixo coeficiente de absorção de mão-de-obra em relação à atividade de lavouras. O grande contingente de pessoas que não possuem terra, mas que estão parcial ou totalmente ocupadas com atividades próprias de lavouras de subsistência e/ou no trabalho assalariado de lavoura e pecuária, são expulsas do campo para as cidades por dois motivos básicos:

1 - Em primeiro lugar, dada a euforia da pecuarização, os médios e grandes proprietários ou administradores, além de incorporarem novas terras à exploração pecuária, substituem parte das terras ocupadas com lavouras por essa nova atividade, liberando assim, grande parte da mão-de-obra.

2 - O outro motivo decorre, em parte, da substituição feita pelos proprietários da terra na forma de pagamento pelo uso da terra. Os arrendamentos antes efetivados aos pequenos produtores sem terra (ou mesmo aqueles proprietários de mini fúndios insuficientes para prover a subsistência mediante paga mento monetário ou em forma de parceria, são substituídos pela exigência da plantação de capim como forma de pagamento.

Esta prática faz com que as terras cultivadas e as cul tiváveis com lavouras, em especial aquelas dotadas de melhor infra-estrutura e próximas aos centros urbanos, sejam gradual mente cobertas com pastagens, não sobrando terras para lavou ras. Os pequenos proprietários de minifúndios não podem ceder suas terras para o cultivo, mesmo porque já são insuficientes até mesmo para fornecer o sustento da própria família. Neste caso, os trabalhadores sem terra são forçados a andar quilôme tros e quilômetros para fazer um roçado, ou ficar perambulando à procura de uma diária de serviço (quando encontram), ou emi gram para os grandes centros urbanos na esperança de melhor sor te.

Em síntese, o êxodo rural em Sergipe é explicado em gran de parte por uma dupla causa: a falta de terra para o cultivo de subsistência, em especial para a classe de trabalhadores sem terra, e a deficiência da oferta de trabalho assalariado decor

rente do baixo coeficiente de absorção de mão-de-obra pela pre dominante atividade agropastoril extensiva.

É claro que outros fatores têm contribuído para o êxodo rural, como é o caso, por exemplo, das secas periódicas das úl timas décadas, com maiores prejuízos para a região semi-árida do Estado.

Retornando à tabela 14, pode-se observar que ao longo do período em análise, as terras não cultivadas e em descanso vêm cedendo lugar às pastagens naturais, ao mesmo tempo que também as terras cultivadas com pastagens artificiais cresceram, princi palmente nas propriedades familiares, médias e latifúndios. Este fenômeno se deve sobretudo, à mudança na forma de pagamento pelo uso da terra, que é o arrendamento.

BCME-BIBLIOTECA

Sendo o pagamento pelo uso da terra realizado monetariame nte e/ou através de quota parte da produção (dados os modos de produção existentes no Estado), terminada a colheita e, conse quentemente, o contrato de arrendamento, a terra é deixada em repouso durante um determinado período a fim de recuperar sua fertilidade. Durante esse período, que em geral é de quatro anos, a terra em repouso passa a ser chamada de terra em descanso, voltando novamente a ser utilizada assim que recupere sua fertilidade.

Se esta forma de arrendamento tivesse persistido ao longo do período em análise, não teria havido redução drástica da categoria de terras em descanso e produtivas não utilizadas. Acontece, porém, que esta forma de pagamento pelo uso da terra foi e vem sendo substituída pelo plantio do capim através dos

pequenos produtores sem terra. A terra é cedida ao trabalhador que se compromete ao final do período da colheita (que é de um ano) entregá-la na forma de pastagem. Esta, para todo efeito é artificial, porém, pode assumir características distintas, a depender do tratamento dispensado pelo proprietário. A área coberta com pastagem integra a categoria de pastagem artificial, se continuar sendo beneficiada pelo proprietário, caso contrário, assume a conotação de pastagem natural, tipo capoeira.

Como se pode notar, se o pagamento pelo uso da terra fosse feito predominantemente de outra forma que não a acima descrita, haveria mais lavouras e terras produtivas não utilizadas juntamente com terras em descanso, em relação ao percentual existente nas quatro classes de propriedades ao longo dessas quatro décadas e meia. Este argumento se justifica porque, não havendo a plantação de capim como forma de pagamento pelo uso da terra, após a colheita, ou as terras seriam adubadas a fim de recuperar a fertilidade perdida e poderem ser usadas no ano seguinte, ou seriam deixadas em repouso durante um determinado período compondo assim a categoria das terras produtivas não utilizadas e em descanso.

É bem verdade que a melhoria dos métodos de produção tem de algum modo contribuído para a eliminação da categoria de terras em descanso e produtivas não utilizadas. No entanto, esse aspecto tem-se verificado em algumas regiões privilegiadas com boa qualidade do solo, relevo, clima, e que praticam uma agricultura mais racional em função do desenvolvimento comercial de determinadas culturas como, fumo, laranja, coco, maracujá e outros produtos hortigranjeiros.

O uso da terra aqui discutido, é comum em todo Estado, com destaques especiais para algumas microrregiões, como por exemplo, a Cotinguiba, o Litoral Sul Sergipano e o Sertão Sergipano do São Francisco, as quais cultivaram respectivamente 31%, 23% e 29% de suas terras cultiváveis, percentuais muito baixos se cotejados com as outras microrregiões (anexo 3).

A Cotinguiba, por exemplo, é talvez das microrregiões do Estado a mais privilegiada em termos de qualidade e fertilidade do solo, pluviosidade, clima e relevo. É a chamada zona da mata sergipana, cortada por rios perenes, próxima à faixa litorânea do Estado. A história sócio-econômica de Sergipe teve aí sua origem com a formação de uma aristocracia centrada na exploração da cana-de-açúcar. Várias cidades progressistas surgiram com o auge da exploração açucareira, e caíram concomitantemente com a decadência do açúcar. A alta concentração da terra decorrente da monocultura de cana, permaneceu, no entanto, intactável, e as terras antes usadas na exploração açucareira foram gradualmente sendo substituídas por pastagens naturais e, em menor escala plantadas, provocando desta forma a expulsão do homem do campo para os centros urbanos.

Em 1970, dos 97% das terras cultiváveis nessa microrregião apenas 31% foram cultivados, sendo 18% com lavouras (representadas basicamente pela cana-de-açúcar), e 13% com pastagens plantadas. Os outros 66,6% de terras não cultivadas ocupavam 45% com pastagens naturais e o restante com terras produtivas não utilizadas e matas (anexo 3). Esses indicadores mostram a subutilização das terras férteis aí existentes, quando poderiam estar sendo intensamente utilizadas, sobretudo na produção de

alimentos proporcionando, assim, benefícios à comunidade em geral.

A outra microrregião com destaque na forma de uso da terra é o Litoral Sul Sergipano. Dos 29% das terras aí cultivadas em 1970, apenas 7% foram transformadas em pastagens plantadas (o menor percentual do Estado), enquanto ocupa o segundo lugar na utilização de terras em lavouras, sobretudo permanentes. O baixo percentual de área com pastagens plantadas nas terras cultivadas e o alto percentual de pastagens naturais nas terras não cultivadas parecem justificar a maneira como a terra é aí utilizada.

BCME - BIBLIOTECA

De acordo com uma entrevista mantida com trabalhadores dessa microrregião, ficou caracterizado que a terra é arrendada pelos proprietários e/ou administradores aos pequenos produtores, mediante três principais formas de pagamento: a) o proprietário cede a terra, as mudas de coqueiro e adubos, se for o caso, e o produtor se compromete a, no final da colheita dos seus gêneros de subsistência, devolver a terra na forma de coqueiral; b) a terra é cedida ao pequeno produtor através do pagamento monetário ou quota-parte da produção previamente estabelecida; c) e, em menor escala, o pagamento é feito através da plantação do capim. Essas formas justificam, em grande parte, o baixo percentual de pastagens plantadas, a superioridade das lavouras permanentes (na sua maior parte coqueirais) sobre as temporárias e o alto percentual de terras com pastagens naturais.

A maneira como a terra é utilizada e o arrendamento é feito nessa microrregião diferem de forma substancial das ou

tras, assemelhando-se apenas ligeiramente com a microrregião de Propriá.

Resta, finalmente, o Sertão Sergipano do São Francisco. Talvez por estar inserido no polígono da seca e possuir terras de inferior qualidade em relação às outras, esta cultivou em 1970 o menor percentual de área cultivável, embora possua a maior parcela de área recenseada do Estado. Da área cultivada neste período, 14,7% estavam ocupadas com pastagens plantadas, enquanto apenas 8% com culturas temporárias de subsistência, sendo insignificantes as lavouras permanentes. Quanto à área não cultivada, que corresponde a 73% da área cultivável, 35% eram pastagens naturais e o restante, terras em descanso e produtivas não utilizadas, o que reflete muito bem os métodos de produção e o sistema de uso da terra (anexo 3).

Um fato importante que não se deve esquecer é a forma extensiva como é explorada a pecuária em todo Estado. Considerando-se apenas as pastagens plantadas e a criação bovina, em 1975, existia uma relação de 3 cabeças de gado por hectare nos minifúndios, 1,5 nas propriedades familiares, 1 nas propriedades médias e menos de uma nos latifúndios. Esta relação torna-se muito menor ainda quando as pastagens naturais são agregadas às artificiais.

Levando-se em conta que a relação técnica ideal considerada por órgãos¹¹ envolvidos com os problemas agropecuários é

¹¹ Em entrevista, agrônomos da CEPA (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola), informaram que para efeito de projetos agropecuários desenvolvidos por aquele órgão, a relação técnica ideal considerada é de 2 cabeças de gado por hectare.

uma média de duas cabeças de gado por hectare, deduz-se que a exploração pecuária é bastante extensiva com grande desperdício de terras, fato que não é alentador para um Estado onde a população rural cresce a cada dia que passa. O que é mais significativo ainda, é que essa prática extensiva de exploração pecuária se vem verificando sobretudo nas principais terras férteis do Estado, como é o caso, por exemplo, da microrregião da Cotinguiba que nesse mesmo período apresentou um índice bastante inferior a 1 cabeça de gado por hectare de pastagem.

O saldo negativo do monopólio e a subutilização da terra numa região fértil e privilegiada como esta é o quadro atual da miséria nadando na bonança. De um lado, uma imensidade de terras férteis funcionando como garantia de poder político e econômico dos seus proprietários, do outro, um contingente de trabalhadores sem terra ou mesmo que não conseguem (por insuficiência da área) dela extrair o mínimo de subsistência.

Se todas as terras cultiváveis nas quatro classes de propriedades fossem cultivadas, em 1960, com a mesma intensidade das propriedades familiares que cultivavam nesse período 35% de suas terras cultiváveis, 494.549 hectares de terra teriam sido cultivadas em todo Estado, ao invés de 470.541 hectares efetivamente cultivados. Isso significa dizer que 24.000 hectares de terra a mais poderiam ser cultivados por todas as propriedades, apesar de não se poder precisar a efetivação desse cultivo, porque fatores outros, tais como clima, qualidade do solo, relevo, etc. poderiam influenciá-lo.

TABELA 16 - ESTIMATIVA DE ÁREA CULTIVADA E DE LAVOURA NA HIPÓTESE DE 35% e 16% DAS TERRAS DE TODAS AS PROPRIEDADES SEJAM CULTIVADAS E USADAS COM LAVOURAS EM 1960 E 53% E 17% EM 1975.

ANO E CLASSE DE PROPRIEDADE	TERRAS CULTIVADAS			TERRAS USADAS EM LAVOURAS		
	SITUAÇÃO REAL EM 1960 a 1975	TAXA DE 35% PARA 1960 E 53% PARA 1975 (1)	DIFERENÇA	SITUAÇÃO REAL EM 1960 a 1975	TAXA DE 16% PARA 1960 E 17% PARA 1975 (1)	DIFERENÇA
1960						
I	39.997	23.314	-16.683	34.973	10.658	-24.315
II	115.998	115.998	-	53.775	53.775	-
III	117.936	121.054	3.118	35.166	55.339	20.173
IV	196.610	234.183	37.573	55.157	107.055	51.898
TOTAL	470.541	494.549	24.008	179.071	226.827	47.756
1975						
I	73.522	50.630	-22.892	61.502	16.240	-45.262
II	215.449	215.449	-	67.597	67.597	-
III	223.910	237.523	13.613	41.336	71.705	30.369
IV	335.538	429.080	93.542	68.707	137.620	68.923
TOTAL	848.419	932.682	84.263	239.142	293.172	54.030

FONTE: IBGE - Censo Agrícola de 1960

IBGE - Censo Agropecuário de 1975

1 - Estimação feita excluindo as terras inaproveitáveis.

Em 1975, as propriedades familiares aumentaram sua área cultivada de 35% para 53%. Caso todas as propriedades tivessem intensificado o cultivo de suas terras cultiváveis na mesma magnitude das propriedades familiares, ter-se-ia um adicional de terras cultivadas da ordem de 84.263 hectares (tabela 16).

Considerando apenas a área utilizada com lavouras em todas as categorias de propriedades, e na mesma intensidade de cultivo das propriedades familiares que foi de 16% em 1960 e 17% em 1975, teríamos um adicional de área de lavoura no Estado de 47.756 hectares em 1960 e 54.030 hectares em 1975 (tabela 16).

O mais importante ainda é que esses indicadores estatísticos mostram que até mesmo as propriedades familiares estão utilizando cada vez mais suas terras cultiváveis com pastagens. Essa constatação fica mais clara quando se sabe que nos últimos trinta e cinco anos houve um aumento na taxa de crescimento da área cultivada em torno de 46,5% nas propriedades familiares, enquanto no mesmo período o crescimento verificado na área de lavouras e de pastagens foi de 1,5% e 45% respectivamente. Levando-se em conta que a área cultivada corresponde ao somatório das áreas de pastagens plantadas e lavouras permanentes e temporárias, fica evidente que o crescimento da área cultivada nessa classe de propriedade se deu basicamente através de pastagens em detrimento das lavouras. Mesmo assim, apesar do baixo uso da terra com lavouras nas propriedades familiares, se as propriedades médias e latifúndios utilizassem suas terras cultivadas com lavouras na mesma intensidade das propriedades familiares, mais terras seriam destinadas às lavouras.

Naturalmente, o leitor poderia argumentar que o baixo índice do uso da terra com lavouras, poderia ser compensado através de um maior aumento da produção em decorrência de alguns fatores tais como: mudanças tecnológicas, melhor alocação de recursos, maior uso dos fatores de produção e economias externas e internas.

BCME-BIBLIOTECA

A análise desse argumento foge aos reais objetivos deste trabalho; no entanto, parece pouco provável a veracidade desse argumento, mesmo porque alguns estudos¹² têm mostrado que o aumento da produção se tem verificado de um modo geral no Nordeste, através do aumento da área cultivada com lavouras.

Nesse caso, se a área cultivada com lavouras vem aumentando de modo decrescente em comparação com a área total cultivada, o mesmo está acontecendo com a produção. Esta conclusão parece justificar a deficiência da oferta de alimentos que se vem verificando no Estado, a ponto de alguns dos produtos de primeira necessidade serem importados de outros Estados a fim de atender ao excesso de demanda interna.

Grande parte das terras em Sergipe funciona como reserva de valor e como garantia de prestígio político e econômico em detrimento do seu uso como fonte produtiva. A maioria de seus proprietários são comerciantes ou exercem outras atividades nos grandes centros urbanos, desvinculados, portanto da exploração produtiva da terra. A poupança oriunda de outras atividades é investida em imóveis, principalmente na compra de terras com o fim de usufruir dos benefícios de créditos agrícolas

¹²Veja, por exemplo, Patrick, op. cit., p. 128.

dispensados pelo governo, de fugir dos efeitos inflacionários e, de alguma forma, sonegar imposto de renda, uma vez que a legislação brasileira nesse sentido beneficia os proprietários de terra.

Esse tipo de investimento é muito atraente não só em função de sua característica como reserva de valor, mas sobretudo pelos altos lucros decorrentes dos baixos custos dos investimentos realizados para sua valorização. O baixo custo dos investimentos é oriundo das facilidades de crédito com juros baixos, do excesso de mão-de-obra barata no campo e do tipo de pagamento feito pelo uso da terra. Ao comprar a terra, se for inculta, o proprietário arrenda aos pequenos produtores de culturas de subsistência tendo, como forma de pagamento pelo seu uso, a plantação do capim. Finda a colheita, o proprietário recebe a terra coberta de capim altamente valorizada sem nenhum custo para essa valorização. O tratamento e manutenção das pastagens formadas é que envolvem investimentos, só que em pequenas proporções, tanto em função da natureza da atividade com baixíssimo coeficiente de absorção de mão-de-obra, quanto pelo baixo preço do trabalho.

BCME-BIBLIOTECA

O desvínculo do proprietário da terra faz com que, em grande parte, sua exploração seja feita levando em conta principalmente interesses imediatos em prejuízo da exploração das reais potencialidades do solo. Quem sai perdendo com isso é a comunidade em geral e principalmente, a comunidade pobre que fica privada de participar das riquezas do solo.

A realização deste trabalho esteve concentrado basicamente em dois objetivos fundamentais: investigar a distribuição da posse da terra em Sergipe ao longo do período de 1920 a 1976 e o uso da terra de 1950 a 1975. Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Agrícolas do IBGE e Cadastrais do INCRA. Para medir o grau de concentração da terra, recorreu-se ao índice de Gini, à curva logística e a composição percentual dos estabelecimentos e área por classe de propriedade.

Mais especificamente no que diz respeito ao índice de Gini, foi utilizada a seguinte classificação para o grau de concentração da terra: De 0,501 a 0,700 a concentração foi considerada média e forte; de 0,701 a 0,900, forte e muito forte; finalmente, de 0,901 a 1,000, muito forte e absoluta.

Para investigar o uso da terra optou-se por uma classificação do tamanho dos estabelecimentos medidos em hectare em função da mão-de-obra rural tida como ocupada pelos Censos Agrícolas nestes estabelecimentos. Assim, os estabelecimentos foram denominados de minifúndios, propriedades familiares, médias e latifúndios.

Os aspectos mais importantes verificados com relação à distribuição e uso da terra foram os seguintes:

a) Existe uma tendência crescente do binômio latifúndio minifúndio no período em análise, de 1920 a 1975. Este fenômeno

no se justifica pelo distanciamento em termos de magnitude de área entre estas duas classes de propriedades extremas, motivado não pelo crescimento da área dos latifúndios que tem permanecido mais ou menos constante, mas sobretudo, em função da multiplicação, principalmente dos minifúndios através do seu fracionamento. O Índice de Gini revela um elevado grau de concentração da terra (forte e muito forte) de 1920 a 1975, embora, quando estimado com base nos dados do INCRA, tenha revelado um grau de concentração mais baixo. Estes resultados demonstram que não se pode esperar, como alguns autores acreditam, que a estrutura agrária brasileira se torne mais igualitária sem uma reforma básica da terra.

b) A concentração da posse da terra nas microrregiões homogêneas em 1970 e 1975 apresenta o mesmo comportamento da concentração da terra no Estado no mesmo período. As microrregiões do Sertão do Rio Real e do Sertão Sergipano do São Francisco destacaram-se em 1970 com um grau de concentração relativamente baixo, embora, em 1975, tenha havido uma piora. A microrregião da Cotinguiba, por sua vez, destacou-se entre as demais com o maior grau de concentração nos dois períodos, com tendências de muito forte a absoluta.

c) Considerando-se a condição legal das terras dos estabelecimentos rurais, o Índice de Gini foi mais elevado para o caso dos estabelecimentos formados de terras arrendadas e ocupadas, e menor, nos estabelecimentos de terras próprias. As causas deste maior grau de concentração nos estabelecimentos de terras arrendadas são inerentes ao hiato existente entre o montante de área nos minifúndios e propriedades médias e latifúndios.

dios motivado pela natureza do uso da terra. Enquanto as terras arrendadas nos minifúndios são pequenas áreas (geralmente de zero a três hectares) para o cultivo de subsistência, as terras arrendadas, em sua maior parte, nas propriedades médias e latifúndios são de pastagens para a criação extensiva em determinadas épocas do ano com o objetivo de fugir das intempéries da seca. No primeiro caso, o arrendamento é feito por pequenos produtores sem terra ao passo que no segundo, são grandes proprietários que possuem suas terras em regiões de baixa pluviosidade, e portanto, necessitam do arrendamento em grande escala em determinadas épocas do ano, o que não acontece com a categoria de terras próprias.

BCME-BIBLIOTECA

As terras próprias ocuparam a maior parte da área recensada do Estado no período de 1970 a 1975, vindo em seguida as terras ocupadas e, logo depois, as terras arrendadas e mistas. A composição percentual das terras por categorias de condição legal e classes de propriedades, indicaram que quase a totalidade dos estabelecimentos constituídos de terras arrendadas são minifúndios e, em menor proporção, propriedades familiares. Por outro lado, os latifúndios representam parcela insignificante, embora ocupem boa parte da área arrendada.

d) A exemplo do Índice de Gini, os valores do parâmetro β da função logística confirmaram o crescimento da desigualdade da distribuição da posse da terra, tanto de forma agregada para o Estado, no período de 1920 a 1975, como para as microrregiões de 1970 a 1975 e para o caso da condição legal das terras, no mesmo período.

e) A intensidade do uso da terra e conseqüentemente, da

ocupação de mão-de-obra rural, é inversamente proporcional ao tamanho das propriedades agrícolas. As propriedades de até 5 e de 5 a 50 hectares (aqui consideradas minifúndios e propriedades familiares respectivamente), usam mais intensivamente a terra e concentram mais mão-de-obra, ao passo que nas propriedades médias e latifúndios, esta intensidade é bem menor.

f) Com base nos dados dos Censos de 1950 a 1975, consta ta-se estar havendo uma crescente substituição das terras de lavouras por pastagens. Tal tem ocorrido principalmente nos latifúndios e propriedades médias e, o crescimento, embora decrescente da agricultura de subsistência ao longo desse período, se tem dado, sobretudo, por intermédio dos minifúndios e propriedades familiares. Dados os métodos de exploração agrícola existentes e admitindo-se que a produção agrícola é relacionada positivamente com a área cultivada com lavouras e que a população rural e urbana tem crescido ao longo do período em análise, conclui-se que a oferta de produtos agrícolas tem caído bastante em relação à demanda interna, fato que tem contribuído para que o Estado, antes produtor da quase totalidade desses produtos, esteja hoje importando de outros Estados.

g) Apesar de a quase totalidade das terras do Estado estar sendo ocupada com pastagens, o sistema de exploração pecuária na maioria das microrregiões é tradicional e extensivo, com respeito à relação técnica, unidade de gado bovino por hectare muito baixa, principalmente, nos latifúndios. Isto demonstra que o recurso terra é mal utilizado, e o que é mais desalentador ainda, é que esse fenômeno ocorre sobretudo nas microrregiões de terras mais férteis e condições propícias para a lavoura.

h) De acordo com os Censos Agrícolas, o total de mão-de obra rural em atividade é composto das categorias de trabalho familiar, assalariado, parceiros e outra condição. Em Sergipe, a predominância de ocupação nos minifúndios e propriedades familiares é o trabalho executado pelo chefe e demais componentes da família. Nas propriedades médias e latifúndios, predominam trabalho assalariado, principalmente o temporário.

i) O monopólio da terra gerando o binômio latifúndio-minifúndio e o direcionamento de seu uso em atividades de natureza especulativa, tem sido parcialmente responsável pela pobreza rural cada vez mais crescente e, por conseguinte, pela não fixação do homem no campo.

BCME-BIBLIOTECA

Em síntese, o modelo de distribuição e uso da terra em Sergipe é um dos capítulos da problemática estrutura agrária nordestina e brasileira. De um lado, um grande contingente de população rural sem terra e/ou com pequenas glebas insuficientes para delas tirar o sustento da família; do outro, uma minoria que controla toda a terra de forma improdutiva e/ou mal utilizada em prejuízo da comunidade como um todo.

Qualquer programa de âmbito governamental que não tenha como diretriz básica uma reforma na estrutura agrária sergipana dificilmente conseguirá formar uma sociedade mais justa e com menos sofrimento.

Neste trabalho foi feito um estudo sobre a evolução da distribuição da terra em Sergipe de 1920 a 1975 e, uso da terra a partir de 1950 a 1975.

Para atingir este objetivo, foram utilizados os dados dos Censos Agrícolas publicados pelo IBGE e do cadastro do INCRA de 1972 e 1976. Como modelos estatísticos, usou-se o índice de Gini, a curva de Lorenz e a curva logística, além da classificação do tamanho dos estabelecimentos agrícolas em função de suas capacidades reais de ocupação de mão-de-obra.

Os resultados obtidos retratam de alguma forma um crescimento da concentração da terra no Estado, principalmente, de 1940 a 1975 (em virtude de a estimativa para 1920 ser duvidosa, em função da distribuição dos dados neste período, e portanto, não foi levado em consideração) levando-se em conta os agregados estatísticos totais. O valor do índice de Gini estimado para 1940 foi de 0,806 passando para 0,808 em 1950, 0,826 em 1960, 0,850 em 1970 e 0,853 em 1975. O índice β da curva logística se apresentou de maneira semelhante ao índice de Gini, mostrando uma ligeira concentração no mesmo período estudado, passando seu valor de 1,357 em 1940 para 1,346 em 1950, 1,241 em 1960, 1,253 em 1970 e 1,218 em 1975.

No Estado de Sergipe o grau de concentração da terra varia de microrregião para microrregião, de forma que, em 1975

por exemplo, a microrregião homogênea de melhor distribuição e quitativa da terra foi o Sertão do Rio Real que apresentou o valor do índice de Gini e β logístico de 0,687 e 1,506 respectivamente, enquanto a microrregião de maior grau de concentração foi a Cotinguiba com valores do índice de Gini e β logístico em torno de 0,902 e 1,132.

Com respeito ao uso da terra no período de 1950 a 1975, constatou-se um aumento substancial na área cultivada em relação a área física total recenseada, muito embora este aumento tenha sido oriundo da crescente pecuarização extensiva das terras agrícolas do Estado. A categoria de terras de lavouras se encontra principalmente nos minifúndios, e logo depois, nos estabelecimentos familiares, ao passo que os estabelecimentos médios e latifúndios são ocupados em sua totalidade com pastagens extensivas.

É interessante notar que, em virtude de as terras cultiváveis do Estado estarem sendo cobertas com pastagens para criação extensiva, o montante das terras em descanso (que é uma característica típica dos Estados nordestinos), está em extensão e, conseqüentemente, com significativa redução das terras produtivas não utilizadas. Este fenômeno é decorrente em grande parte da substituição das formas de pagamento pelo uso da terra impostas pelos proprietários aos pequenos produtores sem terra e/ou com parcelas insignificantes, e portanto, incapazes de fornecer-lhes o sustento.

Na medida em que o pagamento pelo uso da terra, que é o arrendamento, é substituído de espécie monetária e/ou quota-parte da produção pela plantação do capim, as terras que no fi

nal da colheita poderiam ser recuperada sua fertilidade através de adubação ou colocada em descanso por um período de três a quatro anos, passam a ser pastagens. A continuidade deste processo faz com que as terras sejam totalmente cobertas com pastagens, e o homem do campo por não ter mais onde trabalhar é obrigado a emigrar para os grandes centros urbanos, principalmente para a capital, na esperança de uma melhor sorte, criando assim, os grandes problemas sociais urbanos da atualidade. Este é o quadro crítico que se acredita ser inerente ao modelo de distribuição e uso da terra de Sergipe que por certo deve merecer uma atenção especial por parte daqueles que direta ou indiretamente estão empenhados em promover o desenvolvimento agrícola do Estado.

BCME-BIBLIOTECA

ABSTRACT

BCME-BIBLIOTECA

This text presents a study on the evolution of land tenure in the State of Sergipe during the period between 1920 and 1975, and of land use from 1950 to 1975.

The author used data from the Agricultural Census published by IBGE and from INCRA registers from 1972 to 1976. insofar as statistical methods, the author applied Lorenz curves and logistic curves, as well as a classification of sizes of agricultural units based on actual capacity of labor absorption.

The results featured an intensification of concentration in the distribution of land ownership, mainly from 1940 to 1975 (since the estimatives available for 1920 do not appear to be reliable, given the data distribution presented, they not taken into account) As per stastical aggregates. The Gini coefficient estimated for 1940 was of 0,806, moving up to 0,808 in 1950, 0,826 in 1960, 0,850 in 1970 and 0,853 in 1975. The β coefficient of the logistic curve followed a similar path, showing a slight concentration during the same 1,253 in 1970 and 1,218 in 1975.

The degree concentration of land ownership varies substantially accross micro-regions in the State of Sergipe. In 1975, for instance, the homogeneous micro-region with the most equitable distribution of land was "Sertão do Rio Real", for which the Gini coefficient and logistic β were observed to be respectively 0,687 and 1,506, whereas "Cotinguiba", the micro-region with the highest degree of concentration, presented a

Gini index around 0,902 and logistic β of 1,132.

Insofar as land use from 1950 to 1975, the study detected a substantial increase in the cultivated area as compared to the total physical area, even though this expansion can be traced to the growing substitution of cattle raising for forming activities, the former of which uses the land more extensively. Forming activities are mainly concentrated in "minifúndios" (very small land units), and to a lesser extent, in household land units, whereas "latifúndios" (very large land units) and mean establishments are almost completely occupied with extensive grass and herbage for cattle.

RCME-BIBLIOTECA

It is relevant to notice that the amount of land in "rest" (a typical feature of the Northeast of Brazil) has been diminishing as the arable land has been covered with feeding ground for extensive cattle raising, and consequently the unused productive area has been shrinking. This phenomenon has been partially caused by changes in forms of payment for the use of land, imposed by large landowners on small producers who either do not have land or own very small areas, and who are therefore incapable of obtaining a minimal production for subsistence.

As leasing, the traditional form payment for the use of land, is replaced by money payments and/or sharecropping of grass plantation, lands that would at the end of crops be re-fertilized or left in "rest" for a period of three or four years become feeding ground. The continuity of this process leads to covering of available land with grass and herbage for cattle, and the peasants, left with no means to work, are then led to

migrate to cities, mainly the capital, hoping to obtain a more favorable fate, nonetheless generating the social and urban problems that currently plague urban centers. This is the critical picture believed to be intrinsically associated with the mode of distribution and use of land in Sergipe, and which deserves close attention by those people who are directly concerned with the agricultural development of Sergipe.

- 1 - ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- 2 - BORGES, Fragmon Carlos. Origens históricas da Propriedade da terra; In: A questão Agrária. 2a. edição, São Paulo, Brasil Debates Ltda., 1980.
- 3 - CÂMARA, Lourival. Concentração da propriedade agrícola no Brasil; In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 7 (77):516-528, 1949.
- 4 - CARLOS, Maria Cleide Rodrigues. Relação entre a distribuição da posse da terra e o uso dos fatores de produção na agricultura brasileira. Piracicaba, ESALA, 1975 (Tese de mestrado).
- 5 - CIDA (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola); Posse e uso da terra e Desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola. Brasil, 1966.
- 6 - DAGUM, Camilo. El modelo log-logístico y la distribución del ingreso en la Argentina; In: El Trimestre Económico, vol. 44, nº 176, out/dez, 1977.
- 7 - DANTAS, Orlando. O problema açucareiro de Sergipe. Aracaju, 1949 (mimeografado).

- 8 - DINIZ, José Alexandre Felizola & DINIZ, Diana Maria L. Evolução da distribuição da terra em Sergipe(1920-1960); In: Separata dos anais do VIII Simpósio nacional dos professores. São Paulo, 1975.
- 9 - FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 15a. edição, São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- 10 - _____. Análise do Modelo Brasileiro. 5a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- 11 - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Renda interna por microrregiões homogêneas no Brasil. Rio de Janeiro, 1977.
- 12 - FIGUEIROA, Manoel. O problema Agrário do Nordeste. Recife, HUCITEC, 1977.
- 13 - GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de Latifúndios. 4a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 14 - _____. A crise Agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- 15 - GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. Estrutura Agrária e produção de Subsistência na agricultura brasileira, Estados da região Nordeste. Botucatu, São Paulo, 1977.
- 16 - HEMERLY, Francisco & WALDER, Vladmir M. Posse e uso da terra no Espírito Santo. Vitória, 1978.

- 17 - HOFFMANN, Rodolfo. Contribuição à Análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. Piracicaba, ESALQ, 1971 (Tese para obtenção do título de livre-docente).
- 18 - _____. Contribuição à análise da distribuição da terra no Brasil. Piracicaba, S. Paulo, ESALQ, 1967 (Tese de mestrado).
BCME-BIBLIOTECA
- 19 - _____. & GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. A estrutura Agrária Brasileira. Série de Pesquisa nº 31. Piracicaba, São Paulo, ESALQ, 1975.
- 20 - IBGE. Censos Agrícolas; Sergipe. Rio de Janeiro, 1920/1960.
- 21 - _____. Censos Agropecuários; Sergipe. Rio de Janeiro, 1970/1975.
- 22 - _____. Censo Demográfico; Sergipe. Rio de Janeiro, 1970.
- 23 - INCRA. Departamento de Cadastro e Tributação. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de imóveis rurais; 1972. Estatísticas cadastrais. Brasília, INCRA, 1974. V. 1, p. 22.
- 24 - _____. _____ 1976. V. 4, p. 56.
- 25 - KMENTA, Jan. Elementos de Econometria. São Paulo, Atlas, 1978.

26 - MEDINA, Carlos A. Levantamento sócio-econômico de cinco municípios no Ceará. Outubro de 1955 (mimeografado).

BCME-BIBLIOTECA

27 - PATRICK, George F. Desenvolvimento Agrícola do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. (Brasil. IPEA/INPES. Relatório de pesquisa, nº 11).

28 - PRADO Jr, Caio. A questão Agrária no Brasil. 2a. ed., Rio de Janeiro, Brasiliense, 1977.

29 - RESENDE, Gervázio de Castro. Estrutura agrária, produção e emprego no Nordeste; In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, IPEA, 9(1):33-82, abr. 1979.

30 - SÃ JR, Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. 3a. ed., Rio de Janeiro, CEBRAP, Brasiliense, 1977 (caderno CEBRAP, nº 1).

31 - SABÓIA, João Luiz Maurity. Um novo índice de concentração de renda: aplicação ao estudo da evolução recente da distribuição de renda no Brasil; In: Revista Estudos Econômicos. São Paulo, IPE/USP, 8 (2): 63-112. mar/ago, 1977.

32 - SAMPAIO, Youy & FERREIRA, José. Emprego e Pobreza rural: uma visão crítica da teoria e aplicação ao caso de Pernambuco. Recife, CME/PIMES, 1977.

- 33 - SERGIPE. CEPA. Estrutura Fundiária do Estado de Sergipe. Aracaju, 1978. •
- 34 - SOARES, Gláucio Ary Dillon. A questão agrária na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- 35 - VINHAS, M. Problemas agrários camponeses do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- 36 - WEITZ, Raanan. Uma nova Estratégia de Desenvolvimento rural - Tradução de Armando Sanford Lima e José Alexandre Robatto Orrico; BNB, Fortaleza, 1979.

BCME-BIBLIOTECA

ANEXO 1

BCME-BIBLIOTECA

A classificação do tamanho das propriedades rurais foi feita pelo CIDA em 1950 com base nos dados agregados dos Censos relativos ao número de propriedades e contingente de trabalhadores em atividade nessas propriedades, determinando, o tipo mais adequado em função dos dados disponíveis e do critério de classificação adotado.

Essa classificação foi realizada para todos os Estados do Brasil e estendida para 1960. No caso específico de Sergipe, a classificação foi a seguinte: as propriedades agrícolas

TABELA 1 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE SERGIPE
DE ACORDO COM SEUS TAMANHOS EM 1950

GRUPOS DE ÁREAS	NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS	PESSOAL OCUPADO	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR PROPRIEDADES	CLASSE DE PROPRIEDADE
Menor de 1	5.640	10.151	1,8	I
1 a 2	7.505	17.349	2,2	
2 a 5	9.512	25.298	2,6	
5 a 10	6.379	19.379	3,0	II
10 a 20	5.520	18.766	3,4	
20 a 50	4.224	17.751	4,2	
50 a 100	1.854	11.687	6,2	III
100 a 200	1.111	10.804	9,7	
200 a 500	726	12.067	19,6	IV
500 a 1000	222	5.860	26,4	
1000 a 2000	57	5.808	94,2	
2000 a 2500	10	2.759	27,6	

FONTE: Censo Agrícola de 1950.

com um número médio de até duas pessoas ocupadas por propriedades, (classe I) foram consideradas minifúndios, de duas a quatro pessoas (classe II), propriedades familiares e assim por diante. Os dados nem sempre se enquadram de forma exata, uma vez que a pressão demográfica, nas pequenas propriedades, é bastante intensa. Como não se tem conhecimento se o contingente de pessoas nessas propriedades está parcialmente ocupado ou não, usou-se um critério mais flexível em relação às cifras, como mostram as tabelas 1, 2, 3 e 4.

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE SERGIPE DE ACORDO COM SEUS TAMANHOS EM 1960

GRUPOS DE ÁREAS	NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS	PESSOAL OCUPADO	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR PROPRIEDADES	CLASSE DE PROPRIEDADE
Menor de 1	14.347	33.966	2,6	I
1 a 2	11.000	31.216	2,8	
2 a 5	13.064	42.554	3,2	II
5 a 10	8.709	30.754	3,5	
10 a 20	7.067	8.554	4,0	
20 a 50	5.773	27.954	4,8	III
50 a 100	2.480	15.549	6,2	
100 a 200	1.291	12.275	9,5	
200 a 500	922	14.274	15,5	IV
500 a 1000	234	7.080	30,2	
1000 a 2000	74	2.390	32,3	
2000 a 5000	28	2.439	87,1	
5000 a 10000	4	109	27,2	
10000 a 100000	1	52	52,0	

FONTE: Censo Agrícola de 1960

Com estas informações, caracterizaram-se os grupos da área pertencente a cada classe de propriedade.

Naturalmente, esse critério de classificação varia no tempo em virtude de tanto a área recenseada como a mão-de-obra ocupada sofreram mudança no tempo e no espaço, porque uma região ou Estado com alta densidade de trabalhadores no campo e pequena área física recenseada é bem diferente de uma outra região ou Estado com situação contrária.

Observe-se por exemplo que, enquanto em 1950 os dados disponíveis apresentam o tamanho dos minifúndios na ordem de até 5 hectares, em 1960, 1970 e 1975 esse tamanho foi reduzi

TABELA 3 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DE SERGIPE DE ACORDO COM SEUS TAMANHOS EM 1970

BCME-BIBLIOTECA

GRUPOS DE ÁREAS	NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS	PESSOAL OCUPADO	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS P/ PROPRIEDADES	CLASSE DE PROPRIEDADE
Menor de 1	31.793	68.297	2,1	I
1 a 2	15.680	43.076	2,7	
2 a 5	16.742	49.031	2,9	II
5 a 10	10.132	29.621	2,9	
10 a 20	7.743	23.768	3,0	
20 a 50	7.082	23.446	3,3	
50 a 100	3.060	11.070	3,6	
100 a 200	1.562	7.155	4,6	III
200 a 500	1.025	7.158	7,8	
500 a 1000	317	3.390	10,7	
1000 a 2000	98	1.151	11,7	
2000 a 5000	32	1.506	47,0	IV
5000 a 10000	5	47	7,4	
10000 a 100000	1	54	54,0	

FONTE: Censo Agropecuário de 1970

do para 2 ha, do mesmo modo, as propriedades familiares cujo tamanho era de 50 hectares, passaram a 20 hectares em 1960 e 100 hectares em 1970 e 1975, etc,

TABELA 4 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DE SERGIPE
DE ACORDO COM SEUS TAMANHOS EM 1975

GRUPOS DE ÁREAS	NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS	PESSOAL OCUPADO	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR PROPRIEDADES	CLASSE DE PROPRIEDADE
Menos de 1	34.769	74.151	2,0	I
1 a 2	16.585	47.892	2,8	
2 a 5	17.723	57.929	3,2	II
5 a 10	10.604	34.752	3,2	
10 a 20	7.951	26.738	3,3	
20 a 50	7.307	25.744	3,5	
50 a 100	3.087	12.373	4,0	
100 a 200	1.701	7.234	4,2	III
200 a 500	1.024	6.117	6,0	
500 a 1000	323	3.290	10,1	
1000 a 2000	109	1.242	11,4	
2000 a 5000	35	736	22,3	IV
5000 a 10000	5	67	13,4	
10000 a 100000	1	42	42,0	

FONTE: Censo Agropecuário de 1975

Como neste trabalho são utilizados dados principalmente dos quatro últimos censos, torna-se praticamente impossível fazer comparações com classificação distinta de tamanho de propriedades, em virtude de a base de cálculo ser diferente para cada censo. Neste sentido, ter-se-ia que decidir por uma única classificação, ou a feita por CIDA em 1950 e usada em 1960 como base de classificação geral para os dados dos quatro censos, ou fazer uma outra classificação geral em função dos dados de outro censo que não o de 1950. Optou-se, então, pela classificação realizada por CIDA em 1950. É bem verdade que há uma certa dose de arbitrariedade neste procedimento; no entanto, os resultados aqui obtidos não invalidam as conclusões do trabalho.

ANEXO 2

BCME - BIBLIOTECA

Quadro 5: Composição das microrregiões por municípios em 1970 a 1975.

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	MUNICÍPIOS
Sertão Sergipano do São Francisco. (123)	- Canindê de São Francisco
	- Gararu
	- Monte Alegre de Sergipe
	- Nossa Senhora da Glória
	- Poço Redondo
Propriã (124)	- Porto da Folha
	- Amparo do São Francisco
	- Brejo Grande
	- Canhoba
	- Ilha das Flores
	- Neópolis
	- Nossa Senhora de Lourdes
	- Pacatuba
- Propriã	
Nossa Senhora das Dores (125)	- Telha
	- Aquidabã
	- Carira
	- Cedro de São João

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS**MUNICÍPIOS**

Nossa Senhora das Dores (125)

- Cruz das Graças
- Cumbe
- Feira Nova
- Frei Paulo
- Gracho Cardoso
- Itabi
- Jaboaã
- Malhada dos Bois
- Muribeca
- Nossa Senhora das Dores
- Pedra Mole
- Pinhão
- Ribeirópolis
- São Francisco
- São Miguel do Aleixo

Cotinguiba (126)

-
-
- Capela
 - Carmópolis
 - Divina Pastora
 - General Maynard
 - Japaratuba
 - Laranjeiras
 - Maroim
 - Pirambu
 - Riachuelo
 - Rosário do Catete
-
-

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

MUNICÍPIOS

Cotinguiba (126)

- Santa Rosa de Lima
- Santo Amaro das Brotas
- Siriri

Agreste de Itabaiana (127)

- Areia Branca
- Campo do Brito
- Itabaiana
- Macambira
- Malhador
- Moita Bonita
- São Domingos

Agreste de Lagarto (128)

- Arauã
- Buquim
- Itabaianinha
- Lagarto
- Pedrinhas
- Riachão do Dantas
- Salgado
- Simão Dias

Sertão do Rio Real (129)

- Cristinápolis
- Poço Verde
- Tobias Barreto
- Tomar de Geru

BCME-BIBLIOTEC

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	MUNICÍPIO
Litoral Sul Sergipano (130)	- Aracaju
	- Barra dos Coqueiros
	- Estancia
	- Indiaroba
	- Itaporanga D'Ajuda
	- Nossa Senhora do Socorro
	- Santa Luzia do Itanhi
	- São Cristóvão
- Umbaúba	

FONTE: Censo Agropecuário de 1975.

BCME-BIBLIOTECA

ANEXO 3 - COMPOSIÇÃO DA ÁREA FÍSICA TOTAL RECENSEADA DE CADA MICRORREGIÃO DE ACORDO COM A UTILIZAÇÃO DA TERRA EM 1970.

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	TOTAL	TERRAS CULTIVÁVEIS									
		TERRAS IMPRO- DUTIVAS	TERRAS CULTIVADAS						TERRAS NÃO CULTIVADAS		
		TOTAL	TOTAL	LAVOURAS TEMPORÁ- RIAS (a)	LAVOURAS PERMANEN- TES	PASTAGENS PLANTADAS	TOTAL	TERRAS EM DES- CANSO E PRODU- TIVAS NÃO UTI- ZADAS	PASTAGENS NATURAIS	MATAS	
- Sertão do São Francisco	100,0	4,3	95,7	22,6	7,9	*	14,7	73,1	26,9	35,8	10,4
- Propriã	100,0	4,0	96,0	55,8	18,2	9,9	27,7	40,2	9,8	21,7	8,7
- Nossa Senhora das Dores	100,0	2,2	97,8	56,0	6,5	0,5	49,0	41,8	7,2	48,9	9,7
- Cotinguiba	100,0	2,4	97,6	31,0	12,8	4,6	13,6	66,6	7,1	48,9	10,6
- Agreste de Itabaiana	100,0	4,5	95,5	50,0	16,2	2,7	31,1	45,5	9,5	25,9	10,0
- Agreste de Lagarto	100,0	2,0	98,0	56,7	5,9	3,2	47,6	31,8	11,9	21,2	8,2
- Sertão do Rio Real	100,0	2,6	97,4	35,8	6,3	0,4	29,1	61,6	18,8	21,1	21,7
- Litoral Sul Sergipano	100,0	5,0	95,5	29,2	4,8	17,6	6,8	65,8	14,4	27,2	24,2

FORNTE: Censo Agropecuário de 1970

(a) - Foram incluídas as terras irrigadas

* - Inferior a 0,1

BCME-BIBLIOTECA

COMPOSIÇÃO DA ÁREA FÍSICA TOTAL RECENSEADA DE CADA MICRORREGIÃO DE ACORDO COM A UTILIZAÇÃO DA TERRA EM 1975.

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	TOTAL	TERRAS CULTIVÁVEIS									
		TERRAS INAPRO- VEITÁ- VEIS	TERRAS CULTIVADAS						TERRAS NÃO CULTIVADAS		
		TOTAL	TOTAL	LAVOURAS TEMPORÁ- RIAS	LAVOURAS PERMANEN- TES	PASTAGENS PLANTADAS	TOTAL	TERRAS EM DES- CANSO E PRODU- TIVAS NÃO UTI- LIZADAS	PASTAGENS NATURAIS	MATAS	
- Sertão do São Francisco	100,0	1,6	98,4	30,9	9,1	*	21,8	67,5	11,0	39,3	17,2
- Propriã	100,0	2,0	98,0	49,8	11,4	12,8	25,6	48,2	5,8	34,6	7,8
- Nossa Senhora das Dores	100,0	1,5	98,5	65,6	8,2	0,4	57,0	32,9	4,4	25,7	2,8
- Cotinguiba	100,0	4,4	95,6	35,1	12,6	5,0	17,5	60,5	9,0	43,0	8,5
- Agreste de Itabaiana	100,0	5,3	94,7	50,0	15,9	2,0	32,0	44,7	2,2	32,1	10,0
- Agreste de Lagarto	100,0	2,4	97,6	54,8	5,7	5,5	43,6	42,8	6,0	27,4	9,0
- Sertão do Rio Real	100,0	2,0	98,0	52,8	9,3	0,5	43,0	45,2	14,5	15,7	15,0
- Litoral Sul Sergipano	100,0	4,7	95,3	32,0	4,0	18,6	9,3	63,3	14,6	28,7	20,0

FORNTE: Censo Agropecuário de 1975

* - Inferior a 0,1

BIBLIOTECA FEDERAL DO CEARÁ
RUA - CAIÉS
BIBLIOTECA